

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO**

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

Edson Petronio de Alcantara

**MEMÓRIAS DO MASCULINO:
A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE PELA IDENTIFICAÇÃO**

RIO DE JANEIRO

2012

EDSON PETRONIO DE ALCANTARA

**MEMÓRIAS DO MASCULINO:
A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE PELA IDENTIFICAÇÃO**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Memória Social.

Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Linha de Pesquisa: Memória Subjetividade e Criação

Orientadora: Profa. Dra. Denise Maurano de Mello

Rio de Janeiro

2012

A347 Alcantara, Edson Petronio de.
Memórias do masculino : a construção da masculinidade pela
identificação / Edson Petronio de Alcantara, 2012.
92 f. ; 30 cm

Orientadora: Denise Maurano de Mello.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

1. Memória - Aspectos sociais. 2. Psicologia social.
3. Masculinidade. 4. Subjetividade. 5. Identidade de gênero.
I. Mello, Denise Maurano de. II. Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de
Pós- Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 302

Memórias do masculino: a construção da masculinidade pela identificação

Edson Petronio de Alcantara

Orientadora: Profa. Dra. Denise Maurano de Mello

Dissertação aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Denise Maurano de Mello - Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Profa. Dra. Andrea Soutto Mayor
Universidade Severino Sombra – USS

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro

2012

Agradecimentos

Ao escrevermos, como evitar que escrevamos sobre aquilo que não sabemos ou que sabemos mal? É necessariamente neste ponto que imaginamos ter algo a dizer. Só escrevemos na extremidade do nosso próprio saber, nesta ponta extrema que separa nosso saber e nossa ignorância *e que transforma um no outro*. É só deste modo que somos determinados a escrever.

(DELEUZE, 1998, p.18, grifo do autor).

Escrever nem sempre é uma tarefa fácil, estamos sempre tentados a nos superarmos e, no momento que não conseguimos nos vem a angustia de perceber que não sabemos nada ou quase nada. Aquilo que acreditávamos saber cai por terra, dando-nos um sentimento de impotência e de incapacidade, os quais nos fazem tropeçar e muitas vezes nos deixam sem rumo e sem a capacidade de percepção de que sempre há a possibilidade de nos reinventarmos e seguirmos rumo ao nosso objetivo.

Gostaria de agradecer a minha orientadora Profa. Dra. Denise Maurano de Mello pelas suas orientações, contestações, apontamentos e desafios, os quais muitas vezes deixavam-me desorientado, angustiado, por não compreender naquele momento o desafio que estava por vir.

A banca examinadora, Profa. Dra. Andréa Soutto Mayor e Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias, pela disponibilidade imediata quando foram convidados, pelas colocações no momento da qualificação, e pela oportunidade de aprender quando compartilharam seus conhecimentos.

Aos meus mestres, que por uma questão de delicadeza em não esquecer de citar nenhum nome, deixo-lhes minha eterna gratidão.

À minha amiga e companheira de jornadas Fátima Scaffo que muitas vezes escutou os meus lamentos e angústias e que sempre me incentivou a seguir os meus objetivos.

À Nita (Eremita) minha mãe e eterna incentivadora, que mesmo na sua simplicidade de mulher do interior do nordeste me deu apoio em todos os momentos e que me ensina todos os dias lições de vida e de amor.

Ao meu pai Petrônio (in memorian), através dele hoje posso perceber que o que nos afastava não era as nossas diferenças e sim as nossas semelhanças de objetivos e ideais, cada um a sua maneira. Meu eterno respeito.

A Jorge Rodrigues (in memorian), meu educador e mestre, o qual me fez um adolescente curioso e que em suas disciplinas de Sociologia e de Organização social e políticas brasileira já me fazia pensar em uma memória social e coletiva.

A Georges Escribano, por nossas aventuras mundo a fora e principalmente por sua amizade, companheirismo, incentivo e paciência em suportar minhas irritações e angústias nesta jornada.

Aos Josés, Antônio, João e Severino que passaram pelo meu caminho, os quais me fizeram curioso e impulsionaram a trilhar este percurso para falar do homem e de sua(s) masculinidade(s).

A todos que vibraram e incentivaram-me a seguir nesta jornada. Quero um dia poder agradecer todo o carinho que recebi.

RESUMO

O presente estudo visa construir um painel acerca da construção da masculinidade surgida após a segunda metade do século XX, através dos conceitos identificação, identidade, gênero, subjetividade e memória social. Conceitos advindos da cultura relacionados à perspectiva histórica, das relações de poder imbricadas pelo funcionamento social e das concepções políticas no campo do gênero, as quais concebiam a masculinidade como algo natural. Percebemos neste estudo que a crise de identidade no homem contemporâneo advém de uma construção subjetiva que está sujeita aos movimentos de cada época e de sua inscrição no social, o qual lhe garante o pertencimento ou não a determinado grupo.

Palavras-chave: MEMÓRIA SOCIAL, GÊNERO, MASCULINIDADE, IDENTIDADE, SUBJETIVIDADE.

RÉSUMÉ

L'objectif de cet étude est de donner une vision globale sur la construction de la masculinité, à partir des concepts d'identification, d'identité, de sexe, de subjectivité et de mémoire sociale, telle qu'elle a été conçue dans la deuxième partie du XXème siècle. Ces concepts sont en rapport étroit avec la culture, l'histoire et les relations de pouvoir imbriquées dans le fonctionnement social et politique sur les questions du genre, ici la masculinité est conçue comme quelque chose de naturel. Les crises d'identité chez l'homme contemporain est la conséquence d'une construction subjective liée à leur inscription dans le champ social qui va garantir l'appartenance à un groupe social déterminé.

Mots-clés: MÉMOIRE SOCIALE, LE SEXE, LA MASCULINITÉ, IDENTITÉ, SUBJECTIVITÉ.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 DESENVOLVIMENTO | 21 |
| 2.1 Construindo uma identidade... | 21 |
| 2.2 Identidade e identificação | 25 |
| 2.3 Uma questão de gênero: masculino <i>versus</i> feminino | 42 |
| 2.4 A memória social do masculino e sua construção | 48 |
| 2.5 A travessia edípica e o tornar-se homem | 55 |
| 2.6 Masculinidade e subjetividade: implicações psíquicas | 64 |
| 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 80 |
| REFERÊNCIAS | 85 |

1 INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX, no Ocidente, registrou inúmeros movimentos contestatórios no âmbito dos estudos de gênero, visando produzir uma definição da feminilidade. Se nos determos atentamente nesses estudos somos levados a duas conclusões bastante superficiais. Em primeiro lugar, a feminilidade ainda não apresentava uma definição satisfatória, razão pela qual fazia-se urgente defini-la. Em segundo lugar, se estatisticamente os movimentos organizaram-se em prol da definição dessa categoria, então havia o pressuposto de que a masculinidade já tinha uma definição estável. Prova disso são os escassos estudos no campo da masculinidade até este período.

A que se deve, então, a escassez dos estudos com relação à construção da masculinidade? Focalizando a questão de forma crítica, vemos que para o senso comum, no âmbito da história da humanidade, a masculinidade era e ainda é concebida, em muitos espaços teóricos, como um atributo *natura* da espécie humana, ou seja, os homens pertenciam naturalmente à masculinidade enquanto as mulheres deveriam tornar-se mulheres, tomando a acepção do pensamento beauvoiriano¹.

A suposta naturalidade era considerada em termos de pressuposição da existência de características tipicamente relativa ao universo dos homens, como: melhor desempenho em competições que exigiam a força física; traços marcantes de endurecimento e agressividade; dominação no âmbito das práticas sexuais; controle rigoroso dos afetos; capacidade de

¹ Simone de Beauvoir (1908-1986) escritora, filósofa e ensaísta francesa, considerada uma das maiores representantes do pensamento existencialista francês. Sua obra mais conhecida é o livro “O segundo sexo”, pioneiro manifesto do feminismo cujas ideias tratavam das questões que estavam ligadas a independência feminina e a luta pela mudança de papéis estabelecidos na sociedade para homens e mulheres, como também na luta de direitos igualitários para ambos os sexos.

domínio e convencimento; resistência física a determinadas situações; provimento e manutenção da mulher; exuberância de traços corpóreos; entre outras.

Aliás, se recorrermos ao campo das artes visuais encontraremos uma relação bem estreita entre a masculinidade e a representação dos corpos, que também sinaliza força física. O que dizer da gigantesca escultura do profeta Davi, criada por Michelangelo e exposta em Roma, que tem mais de quatro metros de altura e formas precisamente definidas? De iguais proporções podemos também nos referir ao Discóbolo de Miron, o lançador de disco que representa um atleta com traços marcadamente masculinos, sendo, pois, a estátua de desportista em movimento mais famosa do mundo, seja pela sua descrição anatômica que se fundamenta em características completamente naturalistas, seja em termos da idealização de um corpo perfeito que simbolize a força referida à masculinidade.

Sem dúvida, a representação dessas produções artísticas não se distancia da ideia relativa à suposta natureza natural da masculinidade. Essa pressuposição, ao longo de milênios da história da humanidade, tem servido como justificativa para explicar, por um lado, condutas tipicamente machistas e, por outro, a imposição da submissão da mulher, considerada também natural. É como se essas características fizessem parte de um imaginário compartilhado, sendo admitidas sem maiores questionamentos.

Contudo, é pertinente salientar que no universo dos homens, a masculinidade é corriqueiramente referida por meio de expressões do tipo “homem que é homem não chora” como encontramos no cancioneiro popular brasileiro², “seja homem e aja de forma a não envergonhar a classe”, entre outras. Intrigante é refletir sobre esse ponto: se a masculinidade é natural, por que os homens valem-se de jargões para se afirmarem ou por que precisariam dar

² Podemos encontrar esta expressão em algumas letras de músicas do cancioneiro popular. Em Frejat e Alvin L. (Homem não chora), Martinho da Vila (Quem é do mar não enjoa), Geraldo Vandré (Quem é homem não chora), Renato Teixeira (Homem não chora), entre outros.

provas da mesma? Ou mesmo, qual o motivo pelo qual cobram uns dos outros a composição determinados tipos de homens caracterizados pela macheza? Donde então temos uma pista acerca da investigação da masculinidade: pertencer ao sexo masculino não garante necessariamente um lugar no Olimpo masculinidade. Tampouco ser homem bastaria.

Disso extraímos duas linhas de raciocínio para refletir sobre a masculinidade.

Em primeiro lugar, o modelo biológico do masculino e do feminino é válido apenas para as informações do campo da genética molecular, sem nada informar sobre a identificação masculina ou feminina. Isso quer dizer que seria bastante ilusório pensar a identificação masculina ou a masculinidade considerando as informações da esfera do patrimônio genético.

Em segundo lugar, é preciso encontrar uma matriz para pensar a definição de masculinidade e, conseqüentemente, o que se entende por identificação masculina. Além disso, quando se pretende traçar as fronteiras entre a masculinidade e a feminilidade depara-se com questões bastante incômodas, principalmente pelo fato de que, no que tange à sexualidade humana, não podemos deixar de considerar sua dimensão inconsciente.

Sendo assim, quando catalogamos um conjunto de características e atribuímo-las à masculinidade, estamos diante de uma limitação, pois estamos, inevitavelmente, nos baseando em um sistema binário que repete indefinidamente outros tantos sistemas binários, como se fossem verdades inquestionáveis.

Basta, por exemplo, que tomemos a título de ilustração a categoria coragem. Desde as mais remotas épocas, esta característica tem sido considerada um atributo masculino ou pertencente ao homem. Não obstante, podemos indagar: a coragem é um atributo presente em todos os homens ou está presente também em mulheres? Sem dúvida que, ainda não se tem precisão a respeito de que em uma dada época a graça foi considerada um atributo feminino e

a coragem um atributo masculino. Mas não existe nenhuma razão natural para esse tipo de convenção que perdura ainda, com bastante força, até os dias atuais.

Eis o que pode ser depreendido de quadros comparativos de beleza, nos quais são ressaltadas a graça para as mulheres e a compleição física, denotando força e vigor para os homens (ECO, 2004). Ao analisar essas representações, vê-se claramente que não é o sexo biológico a matriz que é utilizada na determinação da masculinidade. Sendo assim, como explicar o complexo processo em função do qual os homens se definem em termos de masculinidade?

Tocamos assim um ponto bastante espinhoso no que diz respeito à construção de uma marca identitária masculina, se considerarmos que nas duas últimas décadas do século passado houve uma verdadeira desconstrução de algumas definições da masculinidade e do masculino tidas como naturais.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a masculinidade foi tomada, em vários domínios teóricos, como tema de investigação.

Em segundo lugar, as definições ditas ou tomadas como naturais foram alvo de contundentes crises, principalmente naquilo que propunham ser uma essência para a masculinidade.

Isso repercutiu também no entendimento do que seja o processo de subjetivação em termos da masculinidade. Quer dizer, não se pode mais considerar um destino natural para o masculino e masculinidade para aqueles que trazem informações biológicas do que seja o sexo masculino. Ao invés disso, esse processo recobre-se de conflitos e tensões, exigindo do homem contemporâneo uma reformulação constante de suas crenças e conseqüentemente uma reflexão aprofundada de suas atitudes.

Todo esse movimento contestatório decorreu, principalmente, de investigações que colocaram em xeque o modelo tradicional vigente de masculinidade. Dito em outras palavras: questionou-se a ideia de que a experiência masculina seria então a norma. Eis o que depreendemos, na década de 1980, da intervenção de pensadores que se ligaram a ativistas feministas para investigar e refletir, no âmbito dos estudos de gênero, a condição masculina. A esse respeito Butler (2010, p. 24) assinala que a “distinção entre gênero e sexo atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco fixo quanto o sexo”.

Considerando o movimento feminista, estamos diante de um problema bastante complexo quando situamos os estudos de gênero, visto que as pesquisas sobre o masculino ou sobre a masculinidade partiram dos estudos ligados ao movimento feminista e, de certo modo, foram inspiradas nas visões críticas produzidas pelo feminino. Não obstante, devemos tomar como ponto de partida para pensar a questão da masculinidade a ideia de que o gênero não é um sistema de classificação em categorias binárias. Além disso, as pessoas são consideradas socialmente em função dos papéis que exercem. Tampouco tem lugar a ideia de uma hierarquia no tocante aos universos masculino e feminino.

Quer dizer, masculinidade e feminilidade não devem ser pensadas como desigualdade e sim como diferença. Sendo assim, as pesquisas acerca da masculinidade devem partir do pressuposto de que a experiência de masculinidade ou o constituir-se masculino é uma construção social assentada em determinantes históricos específicos. Como isso, estamos assinalando que essa construção é influenciada por valores culturais, econômicos, políticos e que, de certo modo, estão presentes na orientação sexual do homem.

Quando estamos situando o caráter limitado das pesquisas sobre a masculinidade e sobre o masculino que tiveram como inspiração as críticas advindas do movimento

feministas, estamos salientando que os estudos acerca da construção social da masculinidade deve compreender um ponto específico: a maneira como os homens convivem entre si e como se representam enquanto homens.

Esse tipo de entendimento equivale a considerar o movimento reivindicatório dos homens sobre os privilégios da masculinidade, não no sentido de dar visibilidade a tais privilégios, mas considera-los em termos da expressão de desejos e capacidades de controlar pessoas e o mundo, fato esse que ainda se faz muito presente nos esportes, nos grandes negócios, nos setores públicos, entre outros. Com isso, queremos salientar que não se pode ignorar o privilégio masculino, apenas não devemos enaltecê-lo como se fosse uma característica natural do homem, e sim, fruto de um processo que tem raízes históricas. Somente podemos pensar em refletir sobre a masculinidade se considerarmos esses privilégios.

Quando focalizamos os estudos acerca da masculinidade nos deparamos com um movimento de grande utilidade, especialmente, quando se compreendeu que o processo do tornar-se masculino é uma negociação que tem lugar durante toda a vida. Com isso, estamos advertindo que a constituição da masculinidade não acontece desatrelada de determinados funcionamentos sociais que têm suas estratégias em ação no sentido da produção de verdadeiros moldes destinados ao controle da vontade e de desejo. É nesse sentido que abordamos a masculinidade, principalmente, seguindo a esteira de muitos teóricos sobre o estado de crise em que se encontra.

Para tanto, temos uma escolha a fazer e, desse modo, enveredamos mediante uma pesquisa bibliográfica, no sentido de produzir uma compreensão sobre o modo como o homem lida com sua masculinidade, em termos de suas aspirações pessoais e no que concerne ao contexto das relações interpessoais. Assim, pretendemos refletir se determinados atributos são em si suficientes para definir o masculino ou a masculinidade. Nossa escolha inclui

também o rastreamento por contextos teóricos como a Memória Social, a Psicologia Social e a Psicanálise.

Desses campos teóricos são extraídos os interrogantes que nos guiarão na investigação, tanto no processo de apropriação de conceitos quanto de forma crítica. Como ponto de partida destacaremos o eixo de reflexão que aponta para a crise da masculinidade pelas razões até então indicadas. Isso nos leva a crer que tanto a noção de masculinidade como a própria masculinidade fazem eco num terreno movediço por se encontrarem em um momento crítico de crise dos elementos definitórios.

A noção de masculinidade encontra-se em profunda crise com o advento das neossexualidades e, por isso mesmo, em estado de mudança. Os aspectos definidores que anteriormente lhe serviam de pilar apresentam-se na atualidade desgastados, questionados, exigindo uma nova definição. Isso quer dizer que os parâmetros empregados na conceituação da masculinidade mostram-se insatisfatórios.

Além das incursões de seres que nascem com informações genéticas do sexo feminino no campo da masculinidade, vê-se também a adoção de postura em mulheres para afirmarem uma condição masculina. Mesmo não sendo objetivo desse estudo, cabe assinalar que o mesmo ocorre em relação a determinados sujeito que apresentam informações genéticas do sexo masculino, mas que lutam arduamente para afirmarem-se na condição feminina tanto em termos da adoção de gestos que supostamente pertencem ao universo feminino quanto por intermédio de cirurgias em função das quais produzem verdadeiras transformações corpóreas (MILLOT, 1992).

Mas cabe aqui observar: em qualquer uma das categorias de cunho biológico que pretendem afirmar uma sexualidade há um preconceito, seja pelo fato de colocar em xeque valores culturais ou pela necessidade de assistência médica constante para a manutenção de níveis hormonais. Sendo assim, conforme assinala Bento (2006), muitos especialistas da área

médica acreditam que os transexuais, pelo fato de terem que frequentar serviços de saúde devem ser mantidos no catálogo de doenças, nem que seja para assegurar o tratamento.

Estamos apenas apontando uma das dificuldades encontradas quando há a pretensão de um sujeito dotado de um patrimônio genético do sexo feminino em afirmar sua masculinidade. Quer dizer, nesse caso, a construção social da masculinidade veio de muitos conflitos e tensões comparados à situação de alguém que apresenta um patrimônio genético do sexo masculino.

É nesse sentido que as neossexualidades esgarçaram as fronteiras de concepções naturalizadas tanto acerca do feminino quanto do masculino, abrindo novos horizontes para uma reflexão mais acurada sobre a questão. Eis com o que nos confrontamos. Em nosso cenário da contemporaneidade, quando nos debruçamos sobre as questões acerca da sexualidade e, em especial, sobre a masculinidade em termos da construção de uma memória.

Se focalizarmos o discurso social, observamos seu estado de constante mudança, visto que fragmenta a rigidez tradicional do conceito e do comportamento referente à masculinidade. A posição de macho provedor, impassível a questões relativas aos aspectos emocionais, parece não encontrar mais respaldo, em determinados segmentos da sociedade e em determinadas culturas. Como é possível observar na contemporaneidade os homens assumem cada vez mais posturas sensíveis, expressas pelo afeto aos filhos; apresentam-se mais companheiros e atenciosos; são mais dispostos a discutir temas sobre afeto, amizade, entre outras questões. Essas novas expressões de comportamento masculino implicam não somente na assunção de nova performance, como também na revisão do autoconceito, da autoestima e sobretudo nas referências identificatórias. Trata-se de um verdadeiro questionamento dos estereótipos então considerados válidos na definição da masculinidade.

Cabe salientar que estamos frente a um processo de mudanças em relação ao qual ainda existem muitas resistências tanto na esfera do senso comum quanto nos meios

científicos. Se o movimento feminista fez história em termos das questões contestatórias, as questões que são trazidas à baila acerca do masculino e da masculinidade também tem ecos consideráveis encontrando aqueles que têm uma postura reflexiva e aqueles que sequer admitem discutir o assunto.

Considerando que tanto o homem quanto a mulher são sujeitos socialmente construídos e expostos às determinações históricas, acreditamos que a memória social pode ser um campo frutífero para pensar essas questões, principalmente se seguirmos a orientação de Gondar e Dodebei (2005, p. 7): “o campo de estudos sobre memória social é inter ou transdisciplinar e seus conceitos se produzem no entrecruzamento ou nos atravessamentos que ocorrem entre as disciplinas.” Esperamos, assim, utilizar o entrecruzamento de disciplinas para por em xeque as representações cristalizadas sobre o masculino e a masculinidade, visando apontar construções sobre essas temáticas em termos da construção de uma memória social.

Ressaltamos que as mudanças dos antigos pilares que sustentavam um tipo de masculinidade têm causado uma série de crises de identidade no homem contemporâneo, mesmo por que o próprio conceito de identidade também se encontra em crise, uma vez que não podemos mais nos valer das fronteiras bem demarcadas que foram construídas no século XIX para pensar determinadas questões. Conforme assinala Giust-Desprairies (2005, p. 201), a identidade é “efeito de multideterminantes e se caracteriza, não pela unidade, mas por um cruzamento de relações, formando uma construção flexível, aberta, aleatória e provisória”.

Sendo assim, as posições identificatórias tanto são efeito de uma construção subjetiva sujeita aos movimentos de cada época como também são uma inscrição social. Como não se trata de uma entidade fixa nem fixável, as referências identificatórias são móveis e sujeitas a constantes reestruturações.

Acreditamos que a crise de identidade, abordada ao longo desse estudo, deve ser considerada com um dos aspectos que, por si só, confere relevância a esta investigação que pretende contribuir com esclarecimentos acerca da masculinidade na atualidade. Este é um ponto central que seguiremos, ou seja, nos deteremos no entendimento da crise de identidade no tocante à construção social do masculino e da masculinidade.

Partindo desta premissa, analisa-se a crise de identidade do homem na sociedade contemporânea a partir de um campo de estudos, a memória social, para se tecer considerações acerca de valores que são o suporte na manutenção das crenças advindos das gerações antecedentes e encravados no imaginário como esteios intocáveis. Em síntese, pretendemos discutir a masculinidade em um foro que considere aproximações conceituais capazes de serem questionadas, seja como verdadeiras, seja como imutáveis.

Como eixo norteador de nossa investigação seguiremos duas linhas de estudo que são em si críticas, mas igualmente complementares, sem evidentemente, terem a pretensão de serem acabadas, ou seja, abordaremos as questões desse estudo em um universo aberto tanto à possibilidade de acoplamento de novas ideias quanto em termos da adoção de posicionamentos críticos.

Em princípio, rastreamos uma linha de trabalho que se fundamenta na consideração de estereótipos, como a questão do privilégio concernente à masculinidade, a ideia de dominação e força física como atributos masculinos, a crença de que o âmbito público é um território masculino e principalmente a tradição de que a identidade masculina é construída em bases tais que não merece nenhum tipo de incerteza. A adoção dessa postura investigatória deve-se à possibilidade de reunir prolegômenos para um posicionamento crítico. Nesse sentido, apresentaremos determinadas concepções visando desconstruí-las na medida do possível.

A outra linha de trabalho consiste na análise referente à quebra dos paradigmas ditos sólidos no campo das definições do masculino e da masculinidade. Com isso, vemos como os

estudos nesse campo podem trazer a baila conflitos e tensões, além de ter sérias consequências em termos da formação de posturas preconceituosas, podendo corroborar para o adoecimento psíquico.

Para tratarmos das premissas enunciadas acerca da masculinidade utilizaremos o recurso metodológico de revisão bibliográfica, na qual buscaremos pensar o campo da memória social articulando-o aos conceitos identidade, aspectos mitológicos e psíquicos, no âmbito da construção social da masculinidade, focalizando, sobretudo, as implicações subjetivas. Trataremos da construção da identidade masculina em uma postura crítica à concepção de Stuart Hall (2002) para nos atermos às questões acerca da produção de subjetividade e, assim, privilegiaremos a questão da diferença, pois é preciso abandonar qualquer pressuposto de um sujeito pensado em termos de uma unidade construída de modo linear e progressivo.

Ora, estamos assinalando que o campo da masculinidade e do masculino deve ser necessariamente pensado na esfera da diversidade, e de modo a considerar a alteridade. Quando nos referimos à masculinidade, estamos certamente situando um tipo de movimento e não uma categoria estanque.

O *corpus* desse trabalho inicia-se como uma seção na qual pretende-se compreender o significado e o processo de construção das referências identificatórias e particularmente falando das referências identificatórias masculinas, a sua origem na Grécia Antiga, refazendo o seu percurso até a atualidade, tentando localizar seus pontos importantes na construção desse sujeito o qual pretendemos falar até os balizamentos que são produzidos na era em que vivemos com seus organizadores.

No segundo momento pretendemos situar as pesquisas sobre a construção do gênero, com seu início na década de 1970, através do movimento feminista. Nesse contexto, a concepção de masculinidade esteve sempre associada ao sexo entendido em termos de

determinações biológicas, mas no sentido de romper com a perspectiva da natureza que empodera o homem como superior à mulher. Enfim, pretendemos, nessa seção, mostrar que a questão do gênero é uma condição social e histórica em determinado momento e determinada época.

Buscamos, na terceira parte do nosso trabalho, a construção do masculino e da masculinidade, tendo como suporte a contribuição do campo da memória social, a qual está intrinsecamente ligada e inserida em relações de luta e poder e que configuram uma batalha contínua entre a lembrança e o esquecimento, através dos quadros e fenômenos sociais e coletivos que estão submetidos a flutuações, transformações e mudanças constantes, não somente no campo do histórico – o real –, mas, sobretudo, no campo simbólico.

Neste quarto momento focalizaremos a mitologia na construção da masculinidade, no âmbito da teoria psicanalítica destacando o mito do “complexo de Édipo”, o qual demonstra que a sexualidade se vincula a obtenção de satisfação e não a serviço da reprodução. As quais eram consideradas equivalentes até o final do século XIX nas tradições sobre a diferenciação sexual.

Vale salientar que procedemos uma visão crítica, principalmente em relação à determinadas equivalências que toma o biológico como destino. Recorremos ao estudo pioneiro de Judith Butler que insiste na tese de que há um poder produtivo que responde pela hierarquização dos corpos no contexto social e que esse poder concerne à heteronormatividade. Isso quer dizer que os corpos só são legitimamente reconhecidos, em termos da condição humana, se apresentarem uma conformação ao modelo difundido sob a lógica heteronormativa.

Visto por esse ângulo, os corpos que não se enquadram nessa norma seriam considerados desviantes, o que repercute decisivamente na conformação do que seja masculinidade ou masculino. Quer dizer, a construção social de masculino e masculinidade

pressuporiam determinadas condições presentes. Obviamente pretendemos por em xeque esse estereótipo.

No quinto momento apresentaremos os aspectos subjetivos da construção da masculinidade em termos de uma abordagem interdisciplinar, no que concerne ao entrelaçamento da masculinidade com um sistema relacional complexo que envolve significações, normas e formulações discursivas. De forma meramente comparativa, aprofundaremos essas questões recorrendo à contribuição de Nolasco (2001, p. 15) para quem: “diferente dos atributos e do herói grego e do cavaleiro medieval, o vigor, a força física e a lealdade deixam de ser para o herói moderno uma referência de identidade.” Isso quer dizer, no âmbito da contemporaneidade são muito poucos os homens que ainda se esforçam, a qualquer, custo para definirem sua masculinidade em função desses atributos.

Quer dizer, são poucos aqueles que ainda acreditam em uma masculinidade hegemônica. Por outro lado, são inúmeros os que pensam em termos de experiências sociais masculinas em termos de construção que, necessariamente, não deva se adequar àquilo que é esperado pela sociedade. Isto não quer dizer que desconheçamos o fato de que para muitos homens ainda é um imperativo manter comportamentos efetivamente catalogados como “másculos”. Não será essa preocupação que fará muitos adolescentes enrijecerem-se e perder a espontaneidade, fazendo embotar as próprias emoções?

Apresentaremos, ao final, considerações sobre a questão de que não existe apenas um tipo de masculinidade, mas várias masculinidades, e que de acordo com as incertezas do que se espera de um homem na atualidade pode lhe causar um adoecimento psíquico e de que maneira podemos buscar alternativas para uma melhor compreensão sobre a construção destas masculinidades. Queremos salientar que a pesquisa chegará a apontamentos passíveis de reformulações e críticas, por se tratar de um campo em construção como é o da masculinidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Construindo uma identidade...

Quando nos deparamos, num lugar qualquer, com uma pessoa desconhecida, acreditamos que nada sabemos a seu respeito. Vemos a pessoa como um enigma a ser desvendado. Mas no momento em que direcionamos nosso olhar para essa pessoa, já começamos a conhecê-la pelas comparações que fazemos com os modelos que trazemos internalizados. Pelo menos, podemos afirmar se é um homem ou uma mulher, se é adulto, adolescente ou criança e muitos outros traços também podem ser percebidos.

A nossa observação parte do fato de que existem bases que formam referências identificatórias, o que se complementa quando indagamos o nome da pessoa. Depois dessa primeira aproximação, outras informações podem ser obtidas, com relação a estudos, trabalhos, nacionalidade, lazer... O roteiro de perguntas pode ser interminável. Mas o que está em jogo é a nossa pretensão de saber quem o outro é. Certamente, cada um de nós é conhecido por sua referência identificatória, que é um processo de construção contínua que comporta transformações que vão do nascimento até a morte.

Eis os ingredientes com os quais o homem escreve sua história, que não se prende às aparências. Quer dizer, cada um de nós constrói a sua história de vida a partir dos movimentos identificatórios nos relacionamentos com as figuras que se encarregam do processo de socialização. Em geral, a família, depois, a escola. Vamos, então, abordar a questão da constituição identitária, considerando a importância que esses agentes têm na vida de cada um. Mas, antes temos que considerar que o adolescer é uma travessia que tem desdobramentos para o jovem e para aqueles com quem convive.

Na adolescência é construída uma significativa estrutura, fundamental para o desenvolvimento. Trata-se da definição do Eu pelo processo de identificação, a partir daquilo que é explorado no mundo. O processo de formação identificatória tem início em uma idade muito precoce e acompanha o homem durante toda a sua vida, sendo suscetível aos acontecimentos de cada época da vida.

Embora tenha seu início na infância, a referência identificatória recebe contornos significativos na adolescência. É a etapa da vida em que há uma maior delimitação da identidade em termos de afirmação do Eu (DOLTO, 1990). Nesta etapa da vida, os ensaios do adolescente com o mundo e consigo mesmo são muito importantes, seja em relação aos momentos de orgulho e felicidade ou de decepção. O processo de formação da identidade comporta muitas alegrias e tristezas, mas tudo isso tem que ser processado pelo jovem na caminhada em direção ao conhecimento de si mesmo e do mundo. Daí, conforme assinala Rappaport (1998), ser normal a atitude de questionamento, de desafio e de dúvida, sendo também o momento do arriscar-se, muitas vezes, em situações de perigo mortal, como a preferência pela prática de esportes radicais, ou a pertinência a organizações criminosas marginalizadas ou, ainda, a experiência de ingestão de substâncias químicas que causam dependência e já levou muitos jovens e adultos à morte. Diante do processo de construção da identidade que resulta em autonomia e independência, geralmente, os pais anseiam ter em casa uma criança. Mas o mesmo não pode ser dito em relação ao adolescente, pois os pais vivem, quando seu filho está crescendo, um clima de receio e dúvida, principalmente em razão da autonomia e independência que a cada dia se expressa com maior intensidade. Além do mais, era mais fácil estabelecer limites em relação à criança e o mesmo não pode ser dito quanto ao adolescente. Como então proceder com este ser em ebulição? Como enfrentar os momentos em que está voltado para seus questionamentos e como suportar as duras críticas que constantemente são formuladas? Há, ainda, uma questão que é o cerne das preocupações:

como o adolescente verbaliza suas dúvidas em relação a sua vida sexual? O que os pais podem dizer aos filhos no tocante à masculinidade ou a feminilidade? Muitas vezes as dificuldades de pais e outros agentes de socialização em lidar com questões relativas ao processo identitário dos filhos concorrem para a construção estereotipada de que o adolescente é um ser rebelde, atormentado e infeliz. No entanto, essa pode ser uma visão construída para solucionar questões daqueles que convivem com o sujeito na sua travessia pela formação de sua identidade ou de suas múltiplas identidades pelo processo de identificação.

Sendo assim, conforme aponta Calligaris (2000), a imagem do adolescente atormentado, infeliz, triste e em constante revolta corresponde a uma visão romântica da adolescência que não se enquadra na maioria das situações, ou seja, podemos encontrar adolescentes tranquilos. A tranquilidade de um adolescente deverá ser entendida como o reflexo das condições do ambiente em que vive: atmosfera de confiança recíproca estabelecida entre o jovem e as figuras significativas de sua vida. Geralmente a segurança nessas relações é muito importante para evitar constrangimentos e pressões educativas que colocam o jovem em um tempo anterior ou posterior à idade em que se encontra.

Temos aqui que considerar duas facetas da tranquilidade, bem como a conhecida instabilidade do adolescente. A tranquilidade pode decorrer da relação favorável do adolescente com um meio familiar que faz negociações, como também pode ser a consequência da inibição da própria vontade. No primeiro caso, tem-se o caminhar positivo do processo de identidade, enquanto que, no segundo, temos o solo fértil para o florescer de problemas na vida adulta. De resto, queremos advertir que a inquietude não deve ser vista pelo lado somente negativo, pois pode ser um momento de elaboração de uma crise ou conflito. Nem sempre a instabilidade coloca em perigo o futuro do adolescente, como acontece com a tranquilidade produzida pela inibição dos desejos e da vontade que muitas vezes descamba para a subserviência. Muitas vezes o adolescente adota a postura de

tranquilidade e calma como uma arma para obter ganhos na relação com os pais ou mesmo como uma defesa dirigida contra seus próprios impulsos. Sendo assim, teríamos a tranquilidade como resultado de uma inibição e, quando isso se agrava, pode ter consequências bem desagradáveis como a subserviência, que, na maioria das vezes, se expressa pela dificuldade de escolha e da construção de argumentos que denotem uma vontade própria. Seria quase que um tipo de conformação no sentido de aceitar as regras que são impostas, sem sequer pensar em questioná-las. Como já dissemos, as bases identificatórias começam a serem edificadas na infância. Porém, é na adolescência que o jovem lança sobre si mesmo o mais profundo questionamento, sempre na busca de referenciais que sirvam de suporte às suas descobertas.

Denomina-se identidade, segundo Jeammet (2007), o conjunto de características que conferem ao homem o caráter individual e singular. Porém, é difícil sustentar esse caráter singular e individual da identidade de alguém, já que isso que se chama de identidade não aponta o idêntico a si mesmo, mas a dinâmica de sua apropriação da alteridade, como enfatizaremos mais adiante. Corresponde aos aspectos que são assimilados pelo sujeito das figuras importantes, no percurso de vida. Assim, a identidade é sempre dinâmica, tendo um núcleo referido por traços mais constantes.

As indagações que a criança encaminha ao adulto sobre a sua própria origem e, de um modo geral, sobre a origem das coisas, deslocam-se para um outro nível de questionamento na adolescência. Geralmente, a preocupação do adolescente dirige-se às perguntas: sou realmente filho de meus pais? Quem sou no mundo? O que é a morte? Essas e outras questões, tão presentes na vida do adolescente, representam um desafio constante na difícil travessia para a vida adulta.

Eis o momento difícil, pois o obstáculo parece não ser facilmente removível, visto que as perguntas que o adolescente faz a si mesmo nem sempre têm respostas concretas. São

expressões dos conflitos ligados ao valor e sentido da vida. Se, na puberdade, a grande preocupação do jovem recai no fato de saber sobre sua normalidade, em razão das rápidas mudanças físicas, na adolescência, essa questão tem menos importância, em razão das questões referidas à existência que se colocam de forma imperiosa. Em vez de se perguntar se é ou não normal, o adolescente passa horas indagando-se: quem sou eu? Encontra-se diante da busca de um constante sentido para a existência, bem como o sentido para a existência das coisas do mundo. Nesse momento, a questão da finalidade das coisas é sempre primeiro ponto de discussão.

Com isso, queremos tão somente trazer as questões identitárias para o cerne de nossas discussões, principalmente na medida em que nos inclinamos a refletir sobre a masculinidade como uma construção subjetiva. A esse respeito lançamos mão da contribuição de Silva (2012, p. 20), para quem:

[...] a discussão sobre identidades sugere a emergência de novas posições e de novas identidades, produzidas, por exemplo, em circunstâncias econômicas e socialmente cambiantes. [...] A identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.

Desse modo, identidade e crise de identidade são termos de uso frequente no cenário atual por vários campos do saber científico, donde se conclui que o termo identidade só se justifica se associado à crise. Em certo sentido, o apelo desesperado ao conceito de identidade parece ser uma característica marcante da contemporaneidade.

2.2 Identidade e identificação

Historicamente, constatamos inúmeras dificuldades quanto às definições de masculino e feminino, principalmente quando passou a ser questionada a adequação entre macho e

masculino e fêmea e feminino. Daí, então, os diversos campos do saber empenharam-se em defini-los.

Embora Viena tenha sido o palco de surgimento de concepções que põem em xeque a compreensão da sexualidade vinculada à reprodução, abalando assim os esteios que definiam a identidade masculina, Badinter (1993, p. 13) assinala que “curiosamente, o debate sobre a identidade masculina foi mais explícito na Inglaterra do que na França”. É mesmo curioso que as inquietações sobre a identidade masculina tenham ocupado o pensamento dos ingleses, antes mesmo de estenderem-se a outros países europeus. Primeiramente, em solo europeu, depois em outros espaços, o significado do masculino passa a ser objeto de debates mobilizados em razão de circunstâncias distintas.

Em primeiro lugar, as mulheres movimentam-se em uma luta para afirmar a igualdade de direitos com os homens, fazendo a exigência de que querem outro tipo de homem, mais suave e que seja mais atencioso à mulher.

Em segundo lugar, o novo homem que surge na Inglaterra com sua característica de encantador e que sente compaixão pelas mulheres abandonadas por outros homens, não correspondeu àquilo que era esperado pelas mulheres em termos de um homem. Quer dizer, apesar de o homem ter apresentado novos costumes, isso não evitou a incremento da crise da masculinidade, principalmente pelo fato de que, no início do século XX, tanto os países da Europa quanto os Estado Unidos “atravessavam perturbações econômicas e sociais semelhantes, decorrentes das novas exigências da industrialização e da democracia. A vida dos homens se modifica, as reivindicações feministas se fazem de novo ouvir” (BADINTER, 1993, p. 15).

As mudanças que acontecem na vida dos homens consistem na possibilidade de se ocuparam de afazeres domésticos como preparar comida e cuidar de crianças (o que efetivamente se verificou), mas, sobretudo na ameaça quanto aos poderes, o que incidiu

diretamente em suas referências identitárias. Notadamente a angústia do homem diante dessa nova Era tem, provavelmente, outras fontes.

Há um fato que merece ser enfatizado: com a industrialização, o número de homens que conviviam nas fábricas, em tarefas mecânicas ou repetitivas, não precisava mais demonstrar suas qualidades tradicionais conhecidas como indícios de masculinidade: apenas precisavam saber operar máquinas, sem o uso da força física, nem da imaginação, já que a máquina é programada para tal finalidade. Sendo assim, tanto a força física quanto a capacidade imaginativa não são mais atributos necessários para que o homem ganhe o sustento de sua vida e de seus familiares. Nesse sentido, a crise da masculinidade está em seu auge e, conseqüentemente, os parâmetros definidores da dita identidade masculina são profundamente questionados. Todavia acontecimentos marcantes, na primeira metade do século XX, serviram para, momentaneamente, minimizar a angústia do homem em relação à crise da chamada identidade masculina: as duas grandes guerras mundiais.

Essas guerras reafirmaram a necessidade de que os homens reencontrassem as formas tradicionais de ação, para partirem para a guerra portando um fuzil e serem identificados como homens de verdade. Essa reafirmação da masculinidade teve seus dias contados, conhecendo o primeiro declínio com a publicação da obra *O homem sem qualidades*, na qual Musil (1989) propõe um tipo de homem que recusa as identidades, colocando-se em posição de espera. Trata-se de uma desconstrução bastante desconfortante, em termos dos sentidos de masculino e masculinidade, uma vez que há questionamentos dos referenciais estáveis que se volatilizam.

Como podemos deprender, vários são os fatores que confluíram para a crise da identidade masculina e da masculinidade. Em princípio, a noção de bissexualidade, proposta por Freud (1976) em sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* é o argumento frequentemente utilizado pelos pensadores da época em suas reflexões sobre a identidade. Isso

somado aos outros fatores que, nos séculos XVII e XVIII, contribuíram no evidenciar da crise da masculinidade, como a necessidade de mudança em relação aos valores dominantes. Essa mudança aparece na reivindicação de mulheres de alguns países sob a alegação de uma maior liberdade existente em outros países. Certamente aquilo que as mulheres reivindicavam repercutiu diretamente nas questões relacionadas ao homem, colocando em xeque os suportes antes definidos como identidade masculina ou como masculinidade.

Se lançarmos um olhar para as questões concernentes ao imaginário da identidade masculina e da masculinidade, constatamos que os debates acerca desse assunto tem apenas um único foco: a crise da masculinidade do homem, a partir da segunda metade do século XX. Conforme salienta Silva (2000) o homem dos dias atuais é constantemente colocado em xeque, devido à constatação de que está perdendo, cada vez mais, a sua identidade. Por esse motivo, é preciso que o homem encontre meios para melhor se descrever, visto que as noções até então existentes mostram-se inadequadas, em especial, o conceito de identidade. Essa constatação é tanto fonte de um mal-estar quanto remonta ao estado de decadência masculina do final do século XIX. Sem dúvida, as discussões levantadas sobre as diferenças entre os sexos, ainda no final do século XIX, intensificadas no século XX, são uma das características que melhor expressam a crise da masculinidade. O que foi então abalado com essas mudanças? Certamente a crença de que homens e mulheres deveriam agir de acordo com um papel definido socialmente que seria o reflexo dos arranjos ditados pela Biologia de macho e fêmea.

Presumia-se que aquele que nascesse com um pênis e que o médico afirmasse ser homem teria que, obrigatoriamente, construir uma suposta identidade masculina para afirmar a prescrição apresentada pelo saber médico. Igualmente, aquele que nascesse com uma vagina e que o médico afirmasse ser mulher, teria que obrigatoriamente construir uma suposta identidade feminina. Isso porque essa suposta identidade deveria guiar a escolha de uma

categoria sexual diferente, visto que o desvio da norma era, e ainda é em muitos países, reprimido e punido. Na medida em que essas normas foram objeto de questionamento, outras matrizes foram consideradas com relação à definição da identidade masculina e feminina. Desse modo, o conceito de identidade foi frontalmente atacado naquilo que apresentava com bases sólidas para definir o masculino ou o feminino. No tocante à crise da masculinidade contemporânea, Silva (2006) argumenta que devemos considerar, para situar essa crise, um conflito identitário vivido pelo homem. Esse conflito edificou-se a partir de dois momentos distintos: a) em primeiro lugar, da pretensão em sustentar um modelo gênero hegemônico e ao mesmo tempo pluralista. Quer dizer, a definição de masculinidade tanto recorria a modelos tradicionais quanto às concepções modernas; em segundo lugar, a impossibilidade de sustentar a hegemonia de gênero em todos os homens. Sabemos que essas questões refletiram diretamente na integridade do conceito de identidade.

Na atualidade concebe-se que a identidade é formulada por diversos sistemas de representações, de modo que corresponde à maneira como cada um se atrela ao seu universo sociocultural de modo a ser possível, conforme afirmam Lopes e Bastos (2010, p. 11):

[...] prestigiar a fronteira ou o fluxo entre os dois polos e oferecer uma lente alternativa para compreender a vida social em trânsito, em movimento ou nos entrelugares. Tal metáfora parece dar conta, mais adequadamente, dos modos por meio dos quais nos situamos cada vez mais as práticas sociais, já que este é um mundo dos fluxos.

Vendo a questão por esse prisma, é de fundamental importância assinalar que o conflito identitário entre as concepções tradicionais e as atuais acerca da identidade aconteceu na medida em que os desempenhos identificatórios enfrentam barreiras relativas às tradições vigentes que entram em contradição com valores pessoais, de modo a ser impossível ao sujeito atender as exigências da norma identificatória. Daí advém o impasse: o sujeito que não atende a esses parâmetros é interpelado em sua suposta identidade, sendo determinado com desviante de uma normalidade.

Não obstante, não devemos deixar de considerar que sexo e gênero são duas coisas distintas; além de serem processos complexos. Quer dizer, ainda se mantém viva a imposição oriunda de alguns campos do saber científico – ou de dogmas religiosos – de que a adequação entre sexo e gênero seja uma norma a ser seguida. Existem transmissões culturais que advogam um limite claro e preciso entre masculino e feminino da mesma forma que o saber biológico apresenta um limite entre macho e fêmea mediante a constatação da presença ou a ausência de determinado cromossomo (BADINTER, 1993). A esse respeito indagemos: a presença do cromossomo Y é condição suficiente para determinar a identidade masculina e, por extensão, a masculinidade?

Ao fazer menção aos conceitos de masculino e de masculinidade estamos situando um conjunto de práticas e ações que, até recentemente, eram aceitas e reconhecidas no universo social como um padrão, pois conforme postula Louro (2008, p. 32) “a afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava uma disputa quanto às formas de representá-la”. Também eram legitimamente reconhecidas e aceitas no contexto social como um padrão universal de comportamento. Essas ações e práticas correspondiam às estratégias para representar o homem, o masculino no âmbito do imaginário social. Isso quer dizer que se admitia também que a identidade masculina apresentava limites precisos. Mas, ultimamente, sabe-se que um homem comporta vários tipos de identidade, sendo uma suposta identidade referente ao masculino, apenas uma dentre tantas outras possibilidades. Além disso, o masculino não deve ser pensado diferente de uma síntese histórica da construção de práticas sociais (FOUCAULT, 2007). Isto quer dizer que na construção da identidade os valores de um dado grupo social não podem ser deixados à parte, da mesma forma que valores históricos de antepassados devem ser objeto de referência, porém, à luz de questionamentos.

Durante muito tempo confundiu-se força física e virilidade como traços definidores da identidade masculina, sem que houvesse qualquer questionamento acerca do monopólio do

uso da força evocado pelo papel social do homem como mantenedor desse *status quo*. Sendo assim, o perfil masculino almejado deveria espelhar traços de uma identidade considerada universalmente válida. Disso então resultou uma masculinidade hegemônica que se refere a uma espécie de organização social da masculinidade, traduzida em um padrão identitário fixo, sendo também dominante em um contexto no qual o homem exerce relações de poder intrínsecas ao seu *status*, justificada por uma lógica que se fundamenta na supremacia desse suposto poder. Não obstante, cabe assinalar que conceber a existência de um padrão hegemônico é admitir, como norma, a maneira como essas condutas são estabelecidas e transmitidas no contexto social. A esse respeito vale situar uma passagem, a título de ilustração.

Se focalizamos as representações dos homens desde a Grécia Antiga, deixadas no campo das artes, encontramos heróis com corpo bem delineados, com sinais de força, vigor e beleza, em condições intimamente associadas à masculinidade. Cabe salientar que essas representações perduram em nossos dias nos super-heróis de filmes, novelas e, de um modo geral, da publicidade que se esmera em associar representações do masculino com sinais de força e corpo fisicamente perfeitos, como atletas. Não obstante, para Nolasco (2001, p. 292) “nos anos 1990, saiu de cena o último herói masculino que poderia ser considerado um sobrevivente do sistema patriarcal – o super-homem. Criado em 1932, não teria mais fôlego para se sustentar nos dias de hoje”. O que representa esse declínio? Certamente o avanço da tecnologia faz entrar em cena outros heróis como o ciborgue: um homem amplificado em suas potencialidades graças ao recurso de inúmeras próteses. Qual seria então a identidade do ciborgue? Um ser-monstro ou o acoplamento de várias nuances identitárias?

Se existem uma diversidade em termos de nuances identitárias, certamente existem, igualmente, novos discursos sobre a pluralidade de identidades. Esses novos discursos servirão de referências nas reflexões sobre a masculinidade. Isso quer dizer que os discursos

sobre os heróis da contemporaneidade produzem extensões no entendimento da problemática noção de identidade masculina e a masculinidade.

Ao investigar as concepções acerca da identidade masculina buscamos suporte em Bueno (2000), que descrevem a identidade em termos da: “qualidade de idêntico; conjunto de características de um indivíduo (nome, idade, peso, altura, etc.)”. Acrescentamos que não trata apenas de um conjunto de características, mas que a identidade comporta várias nuances que podem ser expressas em diferentes momentos e em diferentes lugares. Além do mais, cada sujeito não porta, em toda sua existência uma identidade única, ou seja, dependendo do contexto em que se faz presente, pode apresentar uma nuance identitária ou outra. Isso quer dizer que as identidades não são fixas. Por esse motivo, quando se apela pela manutenção de uma identidade sexual para um sujeito ou mesmo uma identidade de gênero, pretende-se dar vigência ao modelo normativo que deve ser seguido.

Sendo assim, somos levados a concluir que inexistente uma forma única de construção de identidade masculina. Quer dizer, a masculinidade deve ser compreendida como figuração de uma prática social que reflete a posição do sujeito acerca das relações de gênero. Sem dúvida, o uso de termo prática social sugere que são as experiências concretas do cotidiano de muitos sujeitos que fundamentam a construção das identidades e não apenas determinados comportamentos que as sociedades esperam de homens ou de mulheres em diferentes contextos culturais.

Obviamente é preciso contextualizar, historicamente, no que concerne à definição de masculinidade, a construção social dessas práticas, tanto com relação às questões sexuais quanto no que se refere às questões de gênero. Assim, o esforço empreendido para distinguir sexo e gênero é o ponto de partida para a investigação da masculinidade, bem como para pensar a construção identitária masculina. Prosseguindo nossa reflexão, uma particularidade deve ser assinalada: trata-se da relação entre o conceito de identidade e o de identificação que,

para Roudinesco e Plon (1998) o conceito de identidade foi substituído pelo conceito de identificação, que significa o “termo empregado para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam” (p. 363). Acreditamos que a questão processual, presente no termo identificação, melhor atende aos objetivos deste trabalho. Porém, seguiremos também utilizando o conceito de identidade para contextualizações mais históricas. Diante da complexa questão das identificações da masculinidade, optamos por buscar sua significação histórica para compreender seus desdobramentos na atualidade.

Iniciemos com a elaboração de Brun (1991), para quem a noção de identidade teve origem na Grécia Antiga com o pensamento de Parmênides (século VI a.C.) ao investigar o ser e situá-lo em uma visão estática na qual ‘o ser é’ em um dado espaço e tempo. Por essa via, a noção de identidade apresenta-se relativa a uma realidade concreta, relativa a fenômenos físicos ou psíquicos. A noção de identidade varia de acordo com o pensamento de cada época. Um certo aspecto da perspectiva contemporânea privilegia um enfoque estático, quando os cientistas sociais iniciam o pensamento da identidade como um produto do social, embora o pensamento destes cientistas não possa ser visto como homogêneo, já que guardam diferenças entre si. A esse respeito, encontramos no pensamento de Goffman (2011) a ideia de que a identidade estabelece, nos processos de interação, as condições de caracterizar as pessoas. Nesse sentido as identidades referem-se aos atributos considerados comuns e naturais para os membros de uma determinada categoria social. É importante pensar criticamente nessa concepção de Goffman, pois a identidade considerada nesses termos aprisionaria o sujeito, de forma definitiva a um dado espaço e a uma época, sendo, portanto uma compreensão em termos de continuidade. Certamente existem aspectos de continuidade na

construção da identidade, mas também indícios de rupturas com o *status quo* vigente e com determinadas tradições.

Poderíamos assim entender que há, nessa concepção, uma vertente conservadora para os dias atuais. Todavia, existem também posições teóricas progressistas na visão contemporânea sobre a identidade, nas quais estão presentes o esforço e a necessidade de não considerá-la fixa ou estática, e sim com aspectos dinâmicos de um processo. Percebemos bem essa tendência em Berger e Luckmann (2009), ao colocarem em foco a identidade como elemento de extrema importância da realidade subjetiva em relação dialética com a sociedade.

O sujeito do sexo masculino ou feminino inicia, desde pequeno, a adoção e interiorização de atitudes e papéis que sejam significativos. Portanto, pela identificação com os outros vai constituindo sua subjetividade na dialética entre a identidade atribuída pelos outros e a sua forma de apropriação subjetiva do que lhe é atribuído. Assim, a referência identitária será formada na dinâmica da relação com o outro, onde o social conta sobremaneira. Tal referência é dinâmica de modo a ser mantida, remodelada ou mesmo modificada pela dialética eu-outros, configurando uma interação na qual a estrutura social agirá sobre tal referência e esta reagirá sobre a estrutura social. Conforma-se, assim, uma interação de influências recíprocas. Sendo assim, trata-se de uma construção que é efeito de processos psíquicos, da assimilação de aspectos, propriedades, atributos e transforma-se total ou parcialmente a partir de modelos, construindo-se e diferenciando-se por meio de uma série de identificações.

Vale abrir um parêntese para pensar sobre o processo de identificação e sua relação com a identidade. Para tanto, lancemos mão do pensamento freudiano a esse respeito. Sem dúvida, o pensamento freudiano, para além de ter um aspecto estrutural, universalizante, traz também a marca do discurso social de sua época. Quer dizer, Freud (1976), em sua obra *Três ensaios para uma teoria da sexualidade*, se refere ao masculino e feminino metaforizando-os

em termos de atividade e de passividade. Não obstante, em nenhum momento houve hesitação do próprio Freud em admitir a dificuldade de definir tanto o masculino quanto o feminino. Aliás, essa metaforização evidencia isso. Um dado importante e revolucionário consiste no fato de que Freud (1979a), em *Algumas consequências psíquicas na distinção anatômica entre os sexos*, admite que seja o masculino ou o feminino; ambos não se submetem à realidade anatômica, pois teriam de ser explicados no âmbito das pulsões, que não são do âmbito biológico.

No tocante à construção do masculino, o encaminhamento freudiano é o de que a relação do menino com o pai é marcada por momentos de ambivalência que serão minimamente resolvidos ou suprimidos na travessia edípica na qual são evidenciadas duas vertentes que se opõem, mas que se conjugam: há de um lado, a atitude afetuosa para o pai e de outro uma hostilidade advinda da crença de que é preciso eliminar o rival. A solução para esse dilema reside na possibilidade de que a “destruição do complexo de Édipo é ocasionada pela ameaça de castração” (FREUD, 1979b, p. 222). A ameaça de castração faz com que haja um naufrágio do complexo de Édipo, nos meninos. Eis o passo apresentado na constituição da masculinidade, no pensamento freudiano: no final do complexo essas duas tendências, amor e hostilidade ao pai, deverão ser recalçadas para produzir uma identificação.

Dito em outras palavras: o menino aspira ser como o pai e, portanto, não faz mais sentido temê-lo. Sendo assim, a angústia de castração tem por objetivo, para o menino, preservar sua masculinidade, razão pela qual deverá recalcar a hostilidade dirigida ao pai. Não obstante, há no texto freudiano a indicação de que um aspecto importante a ser considerado no processo de identificação e, conseqüentemente, na construção da masculinidade, é o modo como o pai investe o filho.

Quer dizer, tornar-se pai é pressentir que o filho desejado é aquele que um dia desejará a sua morte, no caso do pai. Esse desejo do pai se materializa na esperança do pai de ter o

filho como sucessor e, assim, ter noção de que o lugar de pai que ele ocupa será transmitido ao filho. Com isso, figura a paternidade como algo transitório que faz parte do processo de transmissão de um legado ancestral. Desse modo, o processo identificatório deve ser considerado como o elo de uma cadeia de gerações, o que significa dizer que, não só o sujeito se descobre na condição de mortal, mas também tem que compreender a morte como consequência de uma lei universal e não como castigo ou punição.

É nesse sentido que a identificação com o pai é considerada como o protótipo das relações no contexto social. Mas, como afirma Ceccarelli (1998), há nisso um risco, pois constituir-se na posição de masculinidade implica o risco de perdê-la. Daí, então, o sujeito lutar arduamente para a manutenção das identidades imaginárias que fazem parte de sua vida, seja recorrendo a rituais e tabus; seja pela negação de acesso aos espaços supostamente femininos ou por outros quaisquer meios. A esse respeito é preciso salientar que o processo que leva o menino, no âmbito do pensamento freudiano, a construir sua posição masculina é bastante complexo, pois é o resultado de marcantes operações psíquicas e de um percurso que se constrói em um espaço político e social. Daí afirmar-se, a partir de uma certa interpretação da teoria freudiana, que as relações do sujeito com seu pai ou com quem o represente são de fundamental importância para que a masculinidade aconteça, pois somente assim o sujeito terá acesso às representações simbólicas do masculino: a identificação com o pai é a chave que o pórtico à masculinidade. Isso, entretanto, encontra-se em desacordo com uma interpretação mais rigorosa do texto freudiano, que prima não por trabalhar fenomenicamente com a dinâmica das relações intersubjetivas, mas por pensar o Édipo como um complexo simbólico, uma estrutura sobre a qual se sustenta a dinâmica assim mencionada.

Nessa perspectiva, o importante não é se houve ou não houve a presença física do pai, ou de um pai. Mas se a sua função de transmissor de valores simbólicos, mediador dos

embates imaginários, foi ocupada por alguém, ainda que esse alguém seja a própria mãe, uma instituição ou o que for.

Mas, retornando à perspectiva de Ceccarelli (1998) para apreender-lhe as consequências, nesse escopo teórico que privilegia a dimensão imaginária da questão, podemos então estabelecer algumas linhas de reflexão sobre a masculinidade quando trabalhamos a relação do menino no encontro com o pai. Em primeiro lugar, situamos os avatares identificatórios do filho; em segundo, os investimentos realizados pelo pai sobre o filho, e, em terceiro, as particularidades do contexto social do qual o sujeito faz parte. Considerando essas três vertentes ou fontes de influência, deve-se compreender a construção da masculinidade em termos de diferenças qualitativas, sendo um processo contínuo que faz parte de um percurso calcado em ideais.

Do exposto deduz-se que apontar questões da masculinidade e da feminilidade implica discutir a identidade, questões estas presentes na teoria social. Para Hall (2002), existe uma crise de identidade, pois as velhas identidades, que estabilizaram por tanto tempo o mundo social, estão em declínio, e novas identidades surgem e fragmentam o sujeito contemporâneo. Sujeito que, até então, era visto como sujeito unificado; atualmente é concebido em termos de sua construção fragmentária. Não há mais lugar para um sujeito unificado, com certeza sobre si mesmo, pois em um sujeito é possível encontrar várias identidades sem que isso seja um aspecto negativo.

A crise da identidade, ou o surgimento de novas identificações, é vista como a parte de um processo mais amplo de mudanças que está deslocando os processos centrais e atende as estruturas das sociedades contemporâneas, abalando quadros de referência que davam aos sujeitos uma ancoragem estável no mundo social. Como um ser relacional, o homem sempre procurou estabelecer vínculos que satisfizessem suas necessidades de nutrição, cognitiva, social e afetiva. Podemos nos fundamentar em relação a esta questão na ‘natural’ busca de

formação de vínculos, destacado pelo historiador Philippe Ariès (1981) que, em seus estudos, aponta a importância da família para a formação da identidade. Diante desta questão, acreditamos que o modelo familiar patriarcal pode ser considerado uma variável bastante significativa para se entender a extensão e a profundidade da construção da identidade masculina no espaço privado e no espaço público. Como modelo que alcança o século XIX e com características fechadas em si, intimistas, reduzida ao pai, mãe e filhos, a família patriarcal é considerada como principal instituição social que organiza, regula e exerce controle social, principalmente na construção da chamada identidade masculina ou feminina.

Constata-se assim, atualmente, uma grande problematização na construção da identidade de homens e mulheres com o impacto das desigualdades de classes sociais, religiões, etnias e culturas. Tal problematização ocorre em populações de diferentes níveis de desenvolvimento social e econômico. Eis, pois, a condição que nos leva a pensar na possibilidade de inúmeras facetas na construção da identidade: legados dos ancestrais, processo identificatório, valores morais e costumes, entre outros.

Em busca da construção de uma identidade masculina, o homem atual depara-se com o declínio de um sistema patriarcal que não lhe serve mais de referências. As exigências sociais atuais o levam a buscar outras formas de significados para a sua condição e ao mesmo tempo o faz debater-se com uma série de injunções sociais que insistem em exigir que ele mantenha um *status quo* de virilidade, provedor, potente, racional, autossuficiente, preparado para o público. Contudo,

os jovens não se reconhecem nem na virilidade caricatural do passado, nem no repúdio à masculinidade. Eles já são os herdeiros de uma primeira geração de mutantes. Filhos de mulheres mais viris e de homens mais femininos, às vezes eles têm dificuldade em se identificar com os pais. (BADINTER, 1993, p. 187).

Mesmo funcionando no contexto de pais mutantes, em muitas circunstâncias, o homem ainda é vítima de um sistema patriarcal. Decorre disso que o homem se encontra, na

atualidade, diante de um inevitável conflito: ceder às mudanças necessárias relativas à estrutura de pais mutantes ou manter o padrão que seus pais acabam por transmitir de seus ancestrais. Com isso, estamos assinalando que, em muitas situações, a referência dos pais mutantes, são os valores de seus pais, calcados em épocas de domínio do sistema patriarcal. De acordo com Bourdieu (2002), a hegemonia do patriarcado, na imensa maioria das sociedades, contribuiu para que o homem viva em um arduo privilégio. Por essa razão, trata-se de um recurso que dificilmente é abandonado, já que tem essa finalidade.

Adotando essa perspectiva, tomando um recorte geracional, podemos observar que a identidade atribuída ao masculino pode apresentar um nível de complexidade ainda maior, quando se pauta em um modelo hegemônico de masculinidade que equipara sexo e gênero, tendendo a exacerbar marcas identitárias construídas e consideradas masculinas. A esse respeito é importante situar a observação de Epelboim (2004) extraída do pensamento de Augoustinos e Walker, para quem o pensar sobre a construção de identidade acompanha o homem ao longo de sua história. Salienta Epelboim que pesquisadores em Psicologia Social, ao tentarem responder esta questão, estabeleceram uma divisão entre identidade pessoal e identidade social. Os estudos de identidade, neste âmbito, foram marcados pelo modelo de categorização e pelos seus desenvolvimentos no campo investigativo das relações entre grupos. Tais estudos abrem um espaço fecundo pela riqueza de hipóteses e modelos propostos, levantando problemas fundamentais da Psicologia Social especialmente com a oposição entre o individual e o coletivo, entre diferença e semelhança.

Por essa via – que é a da Psicologia Social – podemos entender a identidade pessoal como um processo ativo que percorre toda a vida do sujeito e indica o conjunto de sentimentos e percepções que temos em relação a nós mesmos, o que permite nos reconhecermos e sermos reconhecidos socialmente; neste processo atuam os fatores sociais e psicológicos. Nele a identidade possui as características de continuidade, estabilidade,

unicidade, diversidade, realização e autoestima, ou seja, é construída pelo processo de socialização. Ainda recorrendo às teses de Augoustinos e Walker, Epelboim (2004) sustenta que as relações precoces serão de extrema importância na construção da identidade social para a criança isso lhe conferirá um sentimento de identidade que irá sendo construído nas várias fases da sua vida. Eis o que apresentamos acerca do processo de identificação e da construção da identidade no âmbito da teoria psicanalítica. Sendo assim, tanto no contexto da Psicologia Social quanto da Psicanálise, a construção da identidade está sempre marcada pela relação e interação com o outro através do processo de identificação e diferenciação. Essa perspectiva enfatiza que a identidade de cada um possui um componente social e é influenciada pela relação eu-outro no seu processo de construção e envolvida na dimensão relacional e biológica. A identidade social designará a consciência social que teremos de nós mesmos e que resultará do conjunto de interações ao longo de nossa vida com os outros. Epelboim (2004) salienta ainda que esses autores admitiam ser inadequada a divisão entre identidade pessoal e social, pois não há como se pensar em uma identidade pessoal e uma identidade social afastadas. Concordamos com esta posição ao analisarmos a construção do sujeito tomando por base o conceito de identidade psicossocial, ou seja, uma configuração que observe fatores privados, públicos e, principalmente, a relação entre o particular e o coletivo.

A referência identitária masculina está ancorada em múltiplos roteiros que refletem as relações entre os diferentes modelos de masculinidade. Nessa lógica, aquele com maior legitimidade, que consegue ser mais valorizado, apropria-se dos outros modelos concentrando maior poder, podendo então ser considerado hegemônico, Tal modelo, idealmente formulado consiste numa referência que, ao mesmo tempo se impõe e se relaciona com os modelos alternativos ou subordinados. Ou seja, “é sobre a emasculação de outros que se constrói um tipo de masculinidade hegemônica” (CECCHETTO, 2004, p. 66). Podemos afirmar, a partir desta justificativa, que a referência identitária tanto masculina quanto feminina surge não de

uma identidade que já está dentro de nós como sujeito, mas de uma falta de completude que é preenchida a partir do nosso exterior pelas formas que imaginamos sermos visto pelos outros.

Observamos também, com Hall (2002), que em nós há identidades contraditórias, empurrando-nos para diferentes direções, de tal forma que as nossas identificações estão em contínuo deslocamento. Uma identidade unificada, segura, completa e coerente é uma concepção meramente ilusória. Somos confrontados por uma multiplicidade de sistemas de significação e representação com as quais poderíamos nos identificar, pelo menos temporariamente. Sendo assim, podemos admitir que a identidade só se torna questão quando entra em crise, deslocada na experiência da dúvida e da incerteza. Quando há o deslocamento de algo que era considerado coerente, fixo e estável. Eis a razão pela qual nos referimos à crise da identidade masculina que mostrou-se bem evidente em razão das problematizações levantadas na década de 1970 acerca das questões de gênero, pois, segundo Butler (2010, p. 7), “os debates feministas contemporâneos sobre os significados do conceito de gênero levam rapidamente a uma certa sensação do problema, como se sua indeterminação pudesse culminar facilmente no fracasso do feminino”. Certamente são os estudos sobre o feminino que colocam em xeque determinadas concepções sobre a masculinidade, apontando, assim, para uma crise em relação a esse conceito. Na verdade, toda a contestação em relação à equiparação entre sexo e gênero repercutiu, de forma decisiva, como uma crise no âmbito da concepção acerca da identidade masculina. Diante desse cenário, foi preciso não apenas repensar o processo identificatório como também redefinir em que bases se constrói a identidade masculina em seu caráter múltiplo e fragmentário. Quer dizer, foram abalados todos os alicerces que suportavam as definições de masculino e feminino.

2.3. Uma questão de gênero: masculino *versus* feminino

Na década de 1970, em razão de todas as bandeiras levantadas pelo Movimento Feminista, o conceito de gênero emergiu trazendo em seu surgimento a perspectiva de compreender e responder, a partir de fundamentos científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e, sobretudo, o questionamento em termos da adequação entre sexo e gênero. O novo cenário traduz, desta forma, uma mudança epistemológica, de modo que a concepção de gênero passa a ser considerada uma categoria necessária para a análise do processo de construção social e cultural do feminino e do masculino. São as feministas norte-americanas que lideram essa tendência. A esse respeito, Scaffo (2011, p. 39) assinala que:

Além de contribuir para a visibilidade da ideia de gênero, a teoria feminista criou um novo campo de estudo, mostrando que todo fenômeno social comporta uma dimensão de gênero, e, se vincula estreitamente à construção dos sujeitos desde os primeiros momentos de existência, definindo-os como feminino ou masculino. É em função deste enquadramento que o ser humano será forjado pelas redes e expectativas da sociedade onde está inserido. Isto pode ser claramente percebido por meio de marcas culturalmente estabelecidas.

Embora tenha havido essa expressão do movimento feminista nos Estados Unidos, segundo Louro (1997), podemos perceber historicamente que é pelas feministas anglo-saxãs que a categoria gênero começa a ser usada como algo distinto de sexo, com o intuito de rejeitar o uso de termos como diferença sexual ou sexo que estão implícitos no determinismo biológico. Para esta autora, gênero refere-se “ao modo como as diferenças sexuais são compreendidas numa dada sociedade, num determinado grupo, em determinado contexto” (1997, p. 77). Assim, constata-se que não é a diferença sexual que vai delimitar as questões de gênero, e sim suas formas de representações e papéis sociais em determinada cultura pelos modos de pensar, falar e agir sobre o tema. Para tanto, é importante considerar as crenças, as atitudes e os papéis sociais na compreensão da categoria de gênero, ao invés que querer simplesmente enquadrá-la em um determinismo biológico.

Seguindo este raciocínio, podemos compreender os papéis sociais como:

Padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para os seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar [...] através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é ser considerado adequado (ou inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 1999, p. 24).

É importante salientar que o surgimento do conceito de gênero, de acordo com Scott (1991), foi inserido na discussão das feministas que buscavam enfatizar fundamentalmente o caráter social das distinções baseadas no sexo. Desta forma, o termo gênero busca enfatizar o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Conforme nos sugere Butler (2010), o conceito de gênero foi proposto pelas feministas que acreditavam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria os paradigmas disciplinares, com ele buscavam dissociar-se da política feminina e ajustar-se à terminologia científica das ciências sociais.

O gênero, pensado nesses termos, é o efeito de uma perspectiva política, não sendo, pois algo original pertencente ao corpo humano, da mesma forma que o sexo. Aliás, como assinala Foucault (1988, p. 145),

o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo da sexualidade e por seu funcionamento. O sexo é o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo da sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos.

Sem dúvida, a força do dispositivo da sexualidade tem importância, na atualidade, tanto no âmbito sexual quanto no entendimento do gênero, na construção da chamada identidade do homem e da mulher. Nesse sentido tanto o gênero quanto o sexo são efeitos diretos do processo de significação. Ou seja, o sujeito seria produtor de signos e indícios, mas igualmente intérprete, razão pela qual não é possível compreender o gênero como uma simples derivação do sexo indicado pelo saber biológico. Assim, compreendemos o gênero como uma construção sociocultural, isto é, o efeito de um cruzamento discursivo onde se interpenetram imagens e representações que se processam por intermédio de diferentes

dispositivos institucionais. Conforme assinala Butler (2010), os gêneros inteligíveis são aqueles que instituem e mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Analisando a questão por esse prisma, é importante salientar que considerando o sistema

sexo/gênero/desejo fica estabelecido que, se uma pessoa nasce com sexo macho, seu gênero necessariamente deverá ser masculino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual ativa; se uma pessoa nasce com sexo fêmea, seu gênero será feminino, seu desejo heterossexual e sua prática sexual passiva. (PERES, 2011, p. 101).

Vemos assim que essas normas são transmitidas como se fizessem parte de um sistema organizador da sociedade, tendo por função manter uma lógica de percepção do mundo que reproduz estruturas de pensamento organizadas em um sistema binário. Desse modo, eram definidas as identidades masculina e feminina. Porém, trata-se de um processo que cristaliza as identidades, além de fomentar a desigualdade social, pela produção de ideias fixas e universais.

Contudo, o questionamento trazido pelo movimento feminista, nas últimas décadas do século XX, veio demonstrar que não estar inserido nessa ordem de inteligibilidade imposta pela adequação entre sexo, gênero e desejo não quer dizer que o sujeito necessariamente esteja fora do mundo, de modo que só lhe reste ocupar o lugar de abjeção. Daí, então, as feministas fizeram ecoar a ideia de que as identidades que se constituem fora dessa ordem de inteligibilidade referem-se a pessoas que devem ser reconhecidas em seus direitos, com direito a participação na construção da cena social e política. Certamente essas pessoas participam de espaços organizados de acordo com outras lógicas de sentimento, estruturas de pensamento e percepção do mundo, mas isso não quer dizer que sejam estranhas sem pertencimento a grupos sociais, mas sim que não seguem orientações classificatórias e normativas que reduzem o homem a uma mera categoria. Eis um modo de questionamento da

identidade entendida como algo cristalizado; questionamento que recai sobretudo na adequação sexo/gênero.

O gênero seria então um processo relacional como oscilações em termos de negociações sociais para ser possível à ocupação de determinados lugares e o sujeito expressar-se no mundo. Neste sentido, começa a ser lançado questionamentos no que diz respeito ao esquema sexo/gênero e ao separar natureza de cultura, universaliza-se as experiências masculinas e femininas. Eis o que depreendemos do pensamento de Scott (1991, p. 14), que define o gênero neste contexto enquanto categoria de análise histórica, como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significação às relações de poder.” Ainda nessa linha do pensamento essa autora afirma que:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (SCOTT, 1991, p. 3).

Extraímos nessa definição de gênero duas vertentes necessárias ao pensamento sobre a construção da identidade masculina: 1. o gênero é uma construção social que admite símbolos culturais, conceitos normativos, instituições e construção de identidades subjetivas, e, 2. o gênero é um campo de poder, campo este que distribui as significações das relações de força e resistência entre os sujeitos. Seria interessante apresentar a contribuição de Preciado (2011) para quem a programação de gênero parte da seguinte premissa: um sujeito é igual a um corpo que é igual a um sexo que é igual a um gênero que é, também, igual a uma sexualidade.

Convém refletir sobre essa programação que deve ser desmontada, visto que a constituição do gênero implica em um conjunto de operações de desnaturalização e de desidentificação. É nesse escopo que pensamos ser construída tanto a masculinidade quanto a chamada identidade masculina. Claramente podemos vislumbrar a existência de vários

modelos de programação de gênero que trazem as marcas de momentos sócio-históricos, além de evidenciar o panorama político e cultural que são negociadas em termos de poder, tanto nas aproximações dos atores sociais envolvidos em negociações quanto nos seus afastamentos. Sendo assim, falar, na atualidade, de masculinidade e identidade masculina, requer reverter todas as estratégias que operam no corpo, no sentido da cristalização da crença de adequação entre um sexo, um gênero e um desejo.

No bojo dessa reversão, Scott (1991) convoca-nos a pensar que, quando refletimos a respeito dos papéis masculinos e femininos na sociedade, devemos nos aprofundar na necessidade de desconstruir uma supremacia construída do gênero masculino sobre o gênero feminino e devemos também ir em busca de uma direção política e social de igualdade, incluindo não somente o sexo, mas que seja incluída também a raça e a classe. Assim, nos deparamos com o pensamento de Bourdieu (2002) que acentua que o conceito de gênero implica em uma relação de negociação dos atores sociais entre os gêneros. Ainda hoje, em grande parte das sociedades, o masculino é considerado como tendo mais valor do que o feminino. Dessa forma, há uma produção e distribuição desigual de autoridade e poder nas relações entre os gêneros de acordo com seu sexo. Relações estas que, para Oliveira e Scavone (1997, p. 40), refletem “uma construção cultural e social, e, como tal, representam um processo contínuo e descontínuo da produção dos lugares de poderes do homem e da mulher em cada cultura e sociedade”.

Dessa forma não é difícil perceber que a formação do homem e de sua masculinidade é influenciada diretamente pelas relações de gênero. Ao investigar as condutas sociais e humanas com o enfoque nas relações de gênero, percebemos que, para avaliarmos as diferenças entre homem e mulher, devemos fugir das determinações com bases sexuais, físicas e biológicas. As diferenças existem, mas não se pode usá-las para explicar comportamentos legitimados em função de determinadas normas sociais como naturais,

mesmo por que, conforme assinala Bourdieu (2002), é no corpo o lugar onde são inscritas as disputas de poder. Quer dizer, no corpo institui-se o nosso capital cultural do homem. Dito em outras palavras: o corpo é o signo de uma primeira identificação que é atribuída em função da norma biológica, salvo raríssimas exceções. Há uma palavra, signo de poder de um campo do saber, que é imputada ao corpo, colocando a cria humana em um determinismo de ser ou não dominadora em função do sexo biológico. Caso o sujeito não reproduza essa determinação discursiva, será fatalmente enquadrado em condições consideradas desviantes. A materialização da dominação é o corpo, *locus*, por excelência, do exercício de poder. Uma vez categorizado o corpo, espera-se que o gênero seja dele uma consequência. Não obstante, existem discordâncias quanto a essa forma de entendimento, pois, como afirma Venturoli (1999, p. 21), o “gênero nunca se reduz a caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de categorizações morais, a um conjunto de comportamentos socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados”. Investigando a categoria de gênero em sua dimensão relacional, percebemos que o gênero é uma grande força da estruturação das práticas sociais e vinculados a outras estruturas também sociais. Sendo assim, a discussão sobre gênero perpassa os papéis sociais das determinações culturais que são construídas a partir da socialização.

A utilização do termo gênero teve como principal interesse dar ênfase à sua base relacional, através da qual se buscava destacar a dinâmica das relações sociais a partir dos contextos históricos (OSTERNE, 2001). Assim, as análises de gênero demonstram que a concepção da sexualidade masculina como dominante é historicamente construída, sendo que a visão da sexualidade como impulso biológico instintivo é historicamente mais aplicada à sexualidade masculina, que domina, controla e é violenta, justamente por ser dificilmente controlável. Desta forma, o homem é considerado norma, partindo dos pressupostos das

construções simbólicas. Virilidade, força, proteção são atributos considerados masculinos e preferidos em detrimento daqueles concebidos como femininos.

2.4 A memória social do masculino e sua construção

Investigar a construção da masculinidade implica uma reflexão e uma definição acerca dos papéis sociais e sexuais relativos ao gênero, conforme aventamos. Implica, portanto, numa reflexão sobre a configuração das relações que são marcadas pela diferença na forma de como o homem e a mulher se relacionam com questões voltadas para a sexualidade e para a alteridade. É nesse contexto que podemos pensar em um tipo de negociação que, historicamente, tem suas marcas em termos da posição de domínio atribuída e exigida ao homem.

Constata-se ainda, na atualidade, uma série de exigências para o homem na sua condição masculina, nas quais são cobradas posições que deverão ser mostradas no corpo e no comportamento em cada cultura. Para tal, nessa investigação, partiremos de algumas questões: como ocorre a construção e manutenção de uma masculinidade hegemônica? Como nela se expressa a questão social e cultural? Por que meios a construção da masculinidade está inscrita no tempo e no espaço de uma determinada cultura? A masculinidade é uma questão social ou histórica? Por fim, como se inscreve a memória social da masculinidade? Partiremos da questão da construção de uma masculinidade hegemônica, que acreditamos estar imbuída de valores e preceitos construídos por uma memória social.

Ao analisarmos o que é memória social, podemos perceber que se trata de um campo em aberto, complexo e transdisciplinar e que está em um permanente processo de construção. Percebemos que a memória social está inserida em uma rede de relações e lutas de poder, as quais configuram uma contínua batalha entre a lembrança e o esquecimento. Conforme

assinala Gondar (2005, p. 11), quando situamos o campo da memória social “estamos diante de um território móvel, cujas fronteiras alojam uma multiplicidade de definições”. É com esse espírito que pretendemos pensar tanto a construção da masculinidade quanto a identidade masculina em um campo teórico multidisciplinar, evitando, assim, confrontarmos com as determinações disciplinares que exigem limites definidos para se produzir um dado conceito.

A masculinidade pode ser compreendida, quando situada neste campo da memória social, como um conjunto de valores, funções, atributos e condutas do que se espera de um homem em determinada cultura. Além disso, está relacionada a outros aspectos estruturais, como classe social e raça; está sempre vinculada a rupturas históricas e contradições internas, que fazem com que haja múltiplas masculinidades, embora podendo existir uma que ocupa um lugar de hegemonia podendo, por isso, se tornar um modelo a ser seguido.

O sociólogo Maurice Halbwachs (1990), marco fundamental no campo dos estudos sobre a memória coletiva, contribuiu para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. De acordo com este autor, a memória, ainda que aparentemente a mais particular, remete ao grupo. O sujeito traz em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições, e é no contexto dessas relações que as nossas lembranças são construídas, bem como também são construídos os papéis sociais que exercemos. Seguindo o seu pensamento, “a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” (HALBWACHS, 1990, p. 21). Essa memória coletiva tem como função contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado em uma memória que é compartilhada não só no campo histórico da realidade, mas sobretudo no campo simbólico.

Certamente teremos dificuldade de pensar a construção da identidade em termos de multiplicidade, guiando-nos pelo pensamento de Halbwachs. Mas, por outro lado, não podemos deixar de registrar sua contribuição enquanto fundador de um campo de estudos no qual podemos abordar temas diversos, como a questão da masculinidade e da identidade masculina. Para tanto recorreremos, mais uma vez, ao seu pensamento acerca da memória, pensada como o “resultado do movimento do sujeito no ato da memorização, como também é ação dos diversos grupos sociais em suas histórias, o passado e presente” (HALBWACHS, 1990, p. 32). Assim, está sendo apresentado o conceito de memória coletiva, como aquela que se produz nos grupos sociais a partir das interações entre sujeitos diferentes, mas pertencentes a uma mesma realidade histórica. É importante salientar que a memória coletiva é uma construção social dependendo dos arranjos produzidos pelos sujeitos em seus encontros nos chamados quadros sociais da memória.

A memória coletiva envolve as memórias individuais sem se confundir com as mesmas. Uma vez penetrando na memória coletiva, as memórias individuais sofrem mudanças ao serem recolocadas na amplitude de um conjunto maior que a consciência pessoal, pois vêm agregados em si elementos que são advindos das relações coletivas. Desse modo, a memória se rearticulará e se modificará de acordo com as relações estabelecidas e conforme a posição ocupada nos diferentes grupos que participamos, ou seja, a memória estará submetida às questões como a censura, o afeto, entre outros. Ainda de acordo com o autor, as memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica, incluindo elementos mais amplos. Um dos seus elementos mais importantes, que afirma o caráter social da memória, é a linguagem, local onde as trocas de um grupo se constituem. A linguagem é constituída entre lembrar e narrar. As diversas memórias oferecidas pelo grupo alimentam a lembrança, constituindo a comunidade afetiva. Esse é um lugar de referência para o sujeito, pois dificilmente nos lembraremos dela se estivermos fora deste quadro de referências. O

outro sempre terá um papel fundamental tanto nos processos de produção da memória, como na rememoração. Considerando essas características da memória podemos refletir sobre o conceito de masculinidade e sobre as referências identitárias masculinas como verdadeiras construções sociais e, assim, distanciarmo-nos das concepções que apelam para o discurso biológico como determinante da masculinidade.

Da mesma forma que o sexo, a sexualidade e o gênero, a memória também é considerada um objeto de luta pelo poder travado entre indivíduos, classes e grupos. A memória integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro decidindo o que deve ser lembrado e aquilo que deve ser esquecido. Nesse sentido, Pollak (1992) afirma que existem marcos ou pontos que são relativamente imutáveis, invariantes; existentes na flutuação e mutabilidade da memória seja ela individual ou coletiva. Ainda lembra-nos de que nos relatos sobre a história de vida do sujeito irão ocorrer retornos a certos fatos determinados e períodos da vida que demonstrarão certa invariância. Aponta também que nas memórias construídas coletivamente também surgirão elementos que são irredutíveis, evidenciando um trabalho de solidificação da memória muito importante.

Desta forma, a construção da memória coletiva seria uma forma de manutenção da coesão de instituições e grupos. Ela reforçaria e definiria os sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais entre distintos grupos dentro da sociedade (POLLAK, 1989). Sendo assim, a memória coletiva e a individual se alimentam e possuem pontos de contatos com a memória histórica, guardando informações relevantes para os indivíduos, cuja função primordial é garantir a coesão social do grupo e o sentimento de pertencimento entre seus membros. Abrangem períodos menores do que os tratados pela memória histórica. Elas têm na oralidade o seu veículo de troca. A memória histórica tem no seu registro escrito um dos meios de preservação e comunicação. As memórias individual, coletiva e histórica se

interpenetram e se contaminam. A partir dessa argumentação sobre a memória social não teríamos um rico instrumental para pensar a questão da crise da masculinidade?

Recorremos mais uma vez a Pollak (1992) e seu estudo sobre *Memória e identidade social*, no qual nos apresenta a identidade como um processo que envolve a imagem adquirida pela pessoa ao longo da vida, construída e apresentada aos outros, acreditando na sua própria representação e investindo também na forma como quer ser percebido pelos outros. Nesta mesma direção, a identidade social toma para si a construção de imagens de determinado grupo social, negocia com grupos concorrentes, a historicidade do seu processo e a luta constante para que essa identidade se mantenha. Envolve tomada de posições e decisões cotidianas frente ao campo. Por esse motivo, a identidade masculina deve ser pensada como uma construção que envolve negociações entre diferentes atores sociais de um determinado espaço cultural. Especificando melhor: são negociações, adesões ou determinações a dadas normas que são consideradas representativas de uma realidade. Se a memória refere-se a um processo de produção de imagens sociais, a masculinidade não se afasta dessa perspectiva.

Certamente a crise da masculinidade se evidencia a partir do momento no qual as imagens construídas na atualidade não são meras repetições daquelas produzidas em épocas passadas. Muitas vezes, são imagens e representações que colocam em xeque e questionam determinadas imagens tidas como socialmente válidas no sentido da conformação das condutas que devem ser aceitas e expressas. Uma imagem que mais sofreu abalo com as produções de imagens recentes é a concepção de identidade única, fixa e imutável, como também a ideia de uma identidade individual, desvinculada dos fenômenos sociais. Desse modo, as identidades de um sujeito não apenas são múltiplas como também são construções sociais que acontecem de forma coletiva. O diverso e o coletivo, nesse sentido, são conceitos chaves no modo de pensar a masculinidade e a identificação do que se considera masculino.

Ao falar em identidades coletivas, Pollak (1992, p. 207) afirma que por “identidades coletivas, está aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo para assegurar a cada membro do grupo [...] o sentimento de unidade e coerência”. Considerando essas ideias podemos enveredar por uma linha de raciocínio e constatar que, atualmente, o sentido de permanência e continuidade, para a maioria dos autores que se dedicam tanto ao estudo da memória quanto da identidade, coloca-se num campo de tensões e negociações, permanências e mudanças, continuidade e transformações, mesmo que de forma discreta, na memória e identidade social do grupo. Dessa forma, a identidade de um grupo e a sua memória social estaria marcada pelos elementos mais estáveis da cultura apontando para uma ampla configuração histórica. Os elementos mais estáveis de uma representação social relacionam-se à memória social do grupo (ABRIC, 1998). Nesse sentido, já temos um encaminhamento para pensar a masculinidade: a relação do sujeito enquanto ator social com o grupo cultural a que pertence, e com outros grupos. Sendo assim, a memória pode ser compreendida com um processo que é continuamente repostado e investido na manutenção identitária dos grupos sociais. É na trama da conjuntura social que a memória é tecida. A esse respeito, Gondar (2005, p. 25) argumenta que “todavia o que nos afeta é o que rompe com a mesmidade em que vivemos; [...] O que nos afeta é antes um encontro, uma palavra nova, uma experiência singular”.

Pensando neste encontro, nesta experiência singular, retornamos ao nosso tema relativo ao homem e a construção de sua masculinidade, objeto deste estudo. Questionamos se a memória social do homem contemporâneo o facultaria a estar preparado para atender as demandas sociais atuais que exigem um novo posicionamento em uma nova masculinidade. Um novo comportamento frente às exigências de um encontro com a sensibilidade, com a compreensão, tornando imperativo um posicionamento mais flexível perante o outro, o feminino, e ao mesmo tempo exigindo paradoxalmente a manutenção de um estereótipo do

que se espera dele em uma determinada cultura social. Nos perguntamos: existe a possibilidade de uma reconfiguração das suas potencialidades que lhe permitam reposicionar-se de modo a reencontrar uma zona de conforto que lhe permita um não adoecimento psíquico?

Nossas inquietações vão ao encontro do pensamento de Spencer (1996, p. 386), para quem “os estereótipos de macho e fêmea, masculino e feminino estão vinculados a uma crescente histeria, onde a sociedade se encontra numa busca por uma nova noção de gênero, não sabendo mais por onde começar”. Por isso, para Oliveira (2004), a masculinidade se coloca como um espaço simbólico de sentido estruturante que modela comportamentos, emoções e atitudes a serem seguidas. Aqueles que seguem tais modelos não só são atestados como homens como também não são questionados pelos outros que compartilham desses símbolos.

Podemos pensar a questão do gênero masculino/feminino como uma construção histórica, social e de representações em uma determinada cultura e em um determinado tempo e espaço. De acordo com Vernant (2002, p. 148):

A história social é uma obra humana que os homens elaboram com suas paixões, seus interesses e suas representações. Mas, reciprocamente, por meio dessa, os comportamentos humanos se transformam e o homem, por sua vez, elabora a si mesmo [...]. A experiência social e o pensamento social transformam-se reciprocamente.

Assim, o homem forma uma totalidade que é indissolúvel com todas as esferas e campos da organização da vida social, o que o levou a produzir explicações nas quais o social, o político, o econômico, o religioso e o mental não formam compartimentos estanques que seriam isolados uns dos outros. Esta perspectiva integradora das realidades humanas contribui em sua inclinação para a multidisciplinaridade, buscando novos caminhos que pudessem produzir múltiplos e variados questionamentos, auxiliando-o no recorte dos seus objetos de estudos.

É conveniente salientar que ao trazermos as ideias de Vernant para o cerne de nossa discussão enfatizamos a sua contribuição acerca da inter-relação entre experiência a construção do pensamento como potencialidades que se transformam reciprocamente e, assim, encontramos uma matriz importante para pensar a masculinidade não apenas como uma experiência sociocultural que tem nuances que refletem sinais de épocas distintas, como também como a construção de modos de pensar, de o sujeito perceber-se e perceber o mundo. As ideias desse pensador são, pois, uma abertura para refletirmos sobre a questão da masculinidade e mitologia que será abordada no próximo capítulo. Cabe salientar que não entraremos no complexo campo do mito da masculinidade e sim nas indicações que possamos extrair da Mitologia acerca do homem, da identidade masculina e da masculinidade.

2.5 A travessia edípica e o tornar-se homem

A abordagem das diferenças entre o processo de prontidão para a reprodução e os caminhos que levam à constituição da sexualidade faz parte de uma temática discutida amplamente no século XX, com o advento da Psicanálise. Até então, a sexualidade era pensada como sendo o equivalente da reprodução. Por esse motivo, nos propomos traçar os dois percursos que definem a sexualidade como fenômeno do campo da linguagem. Conhecemos os termos “masculino” e “feminino”, que são construções produzidas em função das condições culturais, como também os termos “macho” e “fêmea”, que decorrem de uma determinação de natureza biológica. No intuito de compreender a sexualidade é fundamental o entendimento do Complexo de Édipo (OUTEIRAL, 1994) como o processo que, não apenas é fundante da condição cultural, como também a sua resolução abre as portas para a escolha de um tipo de objeto sexual.

Analisaremos separadamente o processo que ocorre no menino, em suas próprias características. O objetivo é demonstrar que o feminino e o masculino não são categorias complementares como se imagina, mesmo porque, no âmbito da experiência humana, não seria possível pensar em completude em função de sermos seres desejantes, isto é, marcados desde sempre e para sempre pela falta estrutural. A falta estrutural é a condição que se configura em função das necessidades vitais e, conseqüentemente, é alimentada pelo sonho de completude. Certamente, se o homem alimenta a esperança de um dia ser pleno é porque, na realidade, não é.

Assim, ao indagarmos o que quer dizer masculinidade estamos nos afastando do âmbito das determinações biológicas para compreender tais condições no campo do desejo, ou seja, o que faz do homem um ser, como os demais, que busca a completude (VICENTIN, 2009). Para abordarmos as questões relacionadas ao processo de transformação que os jovens atravessam para tornarem-se adultos, teremos, necessariamente, que analisar a passagem e as diversas soluções referentes ao Complexo de Édipo.

Como ponto de partida para discutir a sexualidade humana, comecemos admitindo que, quando nascemos, pertencemos, salvo raras ocorrências, às categorias biológicas machos e fêmeas, determinadas segundo critérios objetivos da transmissão genética. Porém, isso não quer dizer que sejamos masculinos e femininos, visto que estas categorias subjetivas trazem na sua construção a incidência de determinações culturais. Assim, as categorias macho e fêmea são apenas indicações que poderão comportar as categorias subjetivas masculino e feminino, ou mesmo não comportar nenhuma das duas.

As tradições sobre a diferenciação sexual nos ensinaram, até as décadas finais do século XIX, que sexualidade e reprodução eram consideradas como equivalentes. Mas, se considerarmos as restrições impostas pelo direito canônico, sabemos que o alvo de tais restrições consistia em proibir qualquer expressão de prazer nas práticas sexuais, ou seja, a

prática sexual deveria ser circunscrita à reprodução, conforme nos adverte Fox (1986). Sendo assim, os promulgadores dessas restrições já tinham em mente a disjunção entre reprodução e sexualidade, apenas esse assunto não era abordado no âmbito do saber científico. Com o surgimento da Psicanálise, pelo entendimento acerca do Complexo de Édipo, fica demonstrado que a sexualidade humana não está a serviço da reprodução, mas se vincula à obtenção de satisfação (FREUD 1905/1975). A partir de então, a reprodução está relacionada às categorias macho e fêmea, e a sexualidade às categorias masculino e feminino.

O complexo de Édipo é, sem dúvida, o conceito da Psicanálise que mais se difundiu. Mesmo que esse conceito já circule nos diversos campos do saber e, inclusive, faça parte do imaginário popular, faremos algumas considerações para facilitar a compreensão da constituição não propriamente das identidades masculina e feminina, mas das posições subjetivas masculinas e femininas. Embora se trate de uma elaboração freudiana, não há em sua obra nenhum escrito dedicado ao assunto, ou seja, o conceito faz parte de todo seu pensamento. Não obstante, em uma carta de 15 de outubro de 1897, a questão do Complexo de Édipo é abordada como um organizador psíquico, quer dizer, um processo regulado por um conjunto de leis (MASSON, 1986), o que lhe confere a vocação de ser tomado como uma estrutura.

A palavra complexo, no âmbito da Psicanálise, tem estreitas relações com o conceito da Astronomia, campo de saber onde o complexo é definido como uma série de corpos celestes que se articulam, quer dizer, funcionam segundo determinados critérios. Ao transportar esse sentido, Freud concebeu o Complexo de Édipo como um processo dinâmico, no qual um conjunto de leis se articulam para organizar o psiquismo. Certamente há também a alusão ao mito na tragédia grega escrita por Sófocles, mas também não é à toa que Freud não se aterá ao mito, mas à tragédia sofocleana, na qual mais que o conteúdo da história prevalece à dinâmica do ato trágico.

Mas, quem foi Édipo Rei? Da história todos sabemos um pouco. Porém, é importante ressaltar que o Édipo do mito foi aquele que desobedeceu aos conselhos do oráculo, local ou santuário onde se realiza a consulta a uma divindade geralmente em termos de questões pessoais ou a respeito do futuro. No campo da Teologia, a palavra oráculo significa a verdadeira revelação divina, correspondendo à palavra de Deus aos profetas. Geralmente a palavra oráculo é associada à palavra profecia. Voltando a Édipo sabemos que foi aquele que sem o saber matou o pai e, em seguida, manteve relações sexuais com sua mãe, das quais resultaram quatro filhos. Assim, Édipo praticou os dois maiores crimes da humanidade: o parricídio e o incesto.

Como retrata a tragédia, Édipo desobedeceu às leis que regulam o convívio social, ou seja, transgrediu os limites da cultura: matou o pai e procriou com a mãe. A consequência de tais ações foi o horror, já que sem o saber fez o que é vetado a todo homem, o que o levou a arrancar os olhos, optando pela cegueira, sinalizando que com seus olhos nada via de si mesmo e só quando cego consegue ver a si mesmo.

Do conteúdo dessa tragédia, Freud (1897/1986) extraiu as premissas para abordar o Complexo de Édipo como a travessia que estrutura o psiquismo e responde pelo ingresso do filhote humano na cultura. Essas premissas são: a) a primazia em termos do pensamento infantil da existência de um único órgão genital, no caso o do homem; b) a interdição do incesto; c) o complexo de castração e d) a presença, no homem, de uma bissexualidade potencial. Essas ideias nos levam a pensar que o Complexo de Édipo tem as seguintes funções: a) permitir ao sujeito posicionar-se sexualmente no processo de identificação; b) reconhecer as diferenças sexuais, considerando a dinâmica do desejo na escolha dos objetos amorosos e c) ingressar na cultura. Tal complexo, como organizador psíquico, compõe-se de várias fases. Em primeiro lugar, na relação da criança com a mãe existe uma espécie de fusão. A criança funciona como um complemento para a mãe, e a mãe responde pela sobrevivência

da criança em seu estado de maior dependência. Em segundo lugar, temos a interdição paterna, que se configura como um tipo de ameaça à relação de fusão formada pela criança e a mãe. Nesse sentido, é o pai que vai propiciar a separação entre a criança e sua mãe, sendo, por isso, objeto de rivalidade para a criança. É como se o pai e a criança travassem uma disputa pelo mesmo objeto de amor. Em terceiro lugar, o pai – ou quem exerça a função paterna – tem que intermediar essa relação da criança com a mãe, fazendo a enunciação de uma profecia que afastaria a criança de cumprir o destino do Édipo, da tragédia grega. O pai adverte a mãe ao mesmo tempo em que adverte a criança de que ela não realizará o desejo de procriar com a mãe. Assim, a função do pai é interiorizada, para cada ser humano, como a responsável pelas interdições, situando o pai como representante da Lei. Convém ressaltar que a intervenção da função paterna na relação de fusão da criança com a mãe é de fundamental importância para a constituição da sexualidade. A sexualidade é algo que se inicia nos cuidados que a mãe destina à criança e se consolida a partir da interferência da função paterna.

Como o pai e a mãe são personagens centrais do drama edípico, é, então, pelo Complexo de Édipo que a sexualidade se estrutura nas determinações da cultura, razão pela qual não mantém qualquer relação com a reprodução na esfera da condição humana. Isso quer dizer que a finalidade da prática sexual, no homem e na mulher, quer dizer no âmbito da condição humana, não deve ser pensada em termos da perpetuação da espécie, mas sim na possibilidade da obtenção de prazer.

Do exposto, podemos concluir que pensar em sexualidade é tecer considerações sobre a travessia da criança por um processo dinâmico do qual resultam transformações significativas que conformarão a sexualidade. Tal processo inicia-se na mais tenra infância, passa por um estado de latência, para desabrochar com toda intensidade na adolescência, etapa do desenvolvimento psicológico em que o jovem terá que produzir uma solução para o Complexo de Édipo, tanto em termos de escolhas profissionais quanto de objetos amorosos.

Costuma-se afirmar que essas escolhas são os parâmetros que indicam soluções satisfatórias desse complexo.

A passagem pelo Complexo de Édipo, segundo Freud (1924/1976) implica em uma espécie de escolha que coloca o homem diante de um dilema: não abandonar um objeto de amor ou estabelecer um acordo para ingressar no contexto das relações sociais. No menino, essa travessia é marcada por uma situação de conflito diante da possibilidade de manter o amor incestuoso com a mãe ou renunciá-lo para ter a garantia de sua condição desejante. Em outras palavras: o menino, ao renunciar ao amor incestuoso pela mãe, está sustentando o investimento narcísico no próprio pênis, como veremos mais adiante. A solução que decorre dessa situação, em termos da dissolução do Complexo consiste, para o menino, na escolha da segunda alternativa. O Complexo de Édipo no menino ocorre em cinco etapas diferenciadas, porém encadeadas. O resultado do percurso realizado na travessia de cada uma dessas etapas é a constituição da identificação masculina, o que se delinea com o posicionamento: “ser homem”.

No primeiro momento, temos a elaboração da criança sobre as teorias sexuais infantis, conforme postulou Freud (1908/1976), em seu artigo intitulado “Sobre as teorias sexuais da criança”, no qual afirma que a criança, em função de sua curiosidade infantil, desenvolve ficções acerca do sexo.

As teorias sexuais infantis, surgidas por volta de um ano e meio de idade, são ficções construídas pela criança em função de sua curiosidade sexual, que consiste na vontade incontrolável de olhar corpos nus na região frontal. Nessa tarefa investigativa, a criança elabora três ficções, que são as explicações produzidas sobre as questões de natureza sexual. São: a) a origem da criança, construída a partir da crença infantil de que todos os seres são dotados de um mesmo atributo, o pênis; b) a criança é expelida do corpo da mãe, pelo ânus, da mesma forma que são expelidos os excrementos, ou seja, a criança não diferencia parto e

evacuação; c) a concepção sádica do coito, quer dizer, a criança interpreta a relação sexual como violência de um ser sobre outro.

Voltando à situação do menino, existe um momento de seu desenvolvimento psíquico em que acredita que todos os seres são iguais e, como ele próprio, portam um pênis. Essa é a crença da universalidade do pênis, em função da qual não há diferença anatômica entre o homem e a mulher, ou seja, a criança pensa que todos os seres são iguais. Essa crença é desfeita no momento em que o menino, movido por sua curiosidade sexual, se confronta com a nudez do corpo da mulher, o que pode acontecer diretamente na relação com a mãe ou por intermédio do contato com outras crianças. É importante salientar que aquilo que a criança percebe no corpo de outras crianças interpreta em relação à mãe.

A desilusão sobre a crença de que todos os seres são portadores de pênis, provocada pelas evidências da realidade, faz o menino experimentar um tipo de angústia em relação à possibilidade de um dia poder perder o seu próprio. Essa ameaça pode ser explicada pelo temor de ficar igual à mãe. Essa ameaça é a condição psíquica conhecida pelo nome de castração (FREUD, 1924/1976). Este termo é oriundo da Biologia, que significa a retirada das gônadas sexuais, que no macho são os testículos e na fêmea são os ovários, o que torna os organismos inférteis. Sendo assim, nesse campo de conhecimento, a castração é uma espécie de mutilação. Quando Freud trouxe o termo para a Psicanálise, atribui-lhe um novo sentido. A castração é um acontecimento de natureza psíquica, sendo inconsciente a referida possibilidade de perda do pênis. Desse modo, a castração é algo que se configura apenas em termos de uma ameaça (NASIO, 1989). Imposição de um limite ditado pela cultura.

No momento em que a crença da universalidade do pênis se desfaz, tem-se então o final da primeira etapa do processo edípico no menino. É importante salientar que no processo educativo é comum os adultos proferirem ameaças verbais às crianças, especialmente aos meninos, diante de práticas masturbatórias. Geralmente, essas ameaças dirigem-se ao pênis,

mas o que é visado é a possibilidade de o menino renunciar à fantasia de ter a mãe como objeto de amor em suas práticas autoeróticas. Quer dizer, a finalidade cultural dessas ameaças não é pôr um fim à masturbação e sim coibir a possibilidade de que essa prática sexual seja realizada a partir de um objeto de natureza incestuosa, no caso, a mãe.

O conteúdo dessas ameaças indica na fantasia infantil a possibilidade de perda do pênis. Na verdade, elas advertem o menino para que ele abra mão da esperança de ter a mãe exclusivamente para ele. E como a criança entende essas ameaças? Um aspecto curioso vale ser mencionado: não importa quem profira as ameaças, pois a criança acredita que foi o pai o seu autor. O efeito dessas ameaças marca o fim da segunda etapa do processo edípico.

Em decorrência das ameaças verbais proferidas pelos adultos, seja qual for o teor de seus conteúdos, a criança não tem mais como ignorar a diferença anatômica entre os seres machos e fêmeas, principalmente pelo fato de ter se defrontado com o nu do corpo da mulher, ou seja, com a região genital da fêmea humana. A região genital que a criança percebe no corpo da mulher não é a vagina como órgão, ou seja, a criança percebe uma região no corpo da mulher que, segundo sua imaginação, é um lugar onde falta um pênis. Aquilo que a criança percebe e interpreta não tem nenhuma relação com as informações sobre o processo reprodutivo existentes no campo do saber biológico.

Como, então, o menino explica a diferença quando compara os corpos do homem e da mulher? As construções da criança giram em torno de possíveis acontecimentos na vida da mulher, mas uma evidência destaca-se: em função das ameaças que foram proferidas, a criança interpreta que a mulher deve ter feito alguma coisa da mesma natureza e que, por isso mesmo, perdeu o pênis que tinha. Eis o significado das ameaças para o menino, ou seja, a percepção da suposta falta de pênis no corpo da mulher obriga o menino a se convencer de que esse atributo pode faltar em um ser tão parecido com ele.

A partir dessa constatação, vê-se então na iminência de perda do seu próprio. Porém, ao lado desse convencimento, há no menino um certo enigma em relação às mulheres, pelo fato de que para ele, em função da satisfação decorrente da masturbação, é impossível que alguém viva sem o seu pênis.

Esse enigma, que situa as mulheres do lado do “privado de pênis”, se expressa tanto pela não aceitação da menina em determinadas brincadeiras, como pela convicção de que existem brincadeiras e brinquedos só de meninos e só de meninas. Certa vez, em um supermercado um menino e uma menina de aproximadamente 6 anos brigavam. Motivo da briga: o menino tentava tomar um carrinho de uma menina alegando que aquilo era um brinquedo de menino. Essa posição do menino é expressão da tentativa de cernir a diferença sexual. Tal diferença é tão ameaçadora que o menino também alimenta a crença de que as meninas têm pênis, porém muito pequenos e que, quando elas crescerem, o pênis crescerá.

A descoberta feita pelo menino de que não só as meninas, mas todas as mulheres, inclusive a sua mãe, não têm pênis, o encaminhará à compreensão acerca da procriação. Com isso, fecha-se a terceira etapa do Complexo de Édipo no menino.

Quando o menino finalmente constata que a mulher não tem pênis, explica para si mesmo esse fato em razão da descoberta de que a mulher não tem pênis, mas tem filhos, pode gestá-los, enquanto que o homem tem pênis, mas não pode gestar filhos. Assim ficam estabelecidas as diferenças entre o que é da ordem do ser mãe e do ser pai. Essa compreensão terá importantes desdobramentos, marcando, assim, a entrada na etapa final.

O reconhecimento das condições reprodutivas referidas ao homem e à mulher, conhecidas como função pai e função mãe, produz a dissolução do Complexo de Édipo. Pela angústia decorrente da ameaça de castração, ou seja, ante a possibilidade de perder o próprio pênis, o menino aceita a proibição do incesto para proteger o pênis, órgão considerado

bastante valioso. Eis o momento de renúncia pelo menino do amor à mãe, não o amor de uma forma geral, mas à vertente de amor incestuosa.

À medida que acontece a renúncia ao amor incestuoso pela mãe, o que acontece em função da presença da lei paterna, o menino pode se encaminhar para a construção da identificação masculina. Esta identificação é construída a partir da apropriação de traços do pai, mas mediante um acordo estabelecido. É como se o pai dissesse ao menino: “renuncie ao amor por essa mulher, porém, você poderá copular com todas as outras, pois todas serão possíveis para ti”. Daí, então, o menino identifica-se ao pai, não para disputar com ele o amor da mãe, e sim para investir em outras possibilidades amorosas fora do circuito familiar, selando-se, assim, a renúncia definitiva à possibilidade de ter a mãe como objeto exclusivo de seu amor. É identificado ao pai que o menino buscará ser pai, buscando mulheres que não sejam a mãe para ter filhos e assim dar continuidade ao nome de sua família, como acontece na tradição ocidental.

2.6. Masculinidade e subjetividade: implicações psíquicas

Como estamos abordando o tema da masculinidade, não podemos deixar de considerar a questão fálica tal como elaborada pela contribuição da perspectiva psicanalítica a esse respeito. Nesse campo teórico Freud apresentou suas reflexões, tanto sobre a constituição do sujeito quanto acerca de questões da cultura. Sobretudo abordou o sujeito quando voltou-se para as questões da sexualidade, teorizando sobre o complexo de Édipo que, para fins deste estudo, trataremos somente da versão elaboração para o menino. Com o declínio da posição em que a criança porta-se como sendo o falo para a mãe, elemento que supostamente a complementaria, resta ao menino lançar-se na procura de algo e perceber que é justamente junto ao pai que o desejo da mãe encontra via de satisfação. Com isso, consolida-se para ele a

experiência da simbólica castração no momento em que o menino percebe que é o pai aquele que, representa o lugar da lei que ancora o desejo. Esse pai também é submetido à castração simbólica e, portanto, às injunções da cultura.

Sendo assim, há a interdição que assegura a proibição do incesto e daí resulta a caminhada no sentido da identificação do menino com o pai, firmando assim a base de masculinidade numa esfera subjetiva, não pautada em critérios objetivos como a diferença anatômica percebida em termos dos órgãos genitais.

Antes de traçar a relação entre masculinidade e subjetividade considerando a sexualidade, convém rastrear as ideias, no texto freudiano, de sexualidade infantil. Sabe-se que Freud (1905/1976) deu importância à descoberta da sexualidade infantil, recorrendo à educação para refletir sobre suas vicissitudes. Certamente essa importância concerne ao desenvolvimento psíquico nos primórdios da vida e todos os recursos que são empregados pelos agentes de socialização para represar a energia pulsional em termos de satisfação imediata. É conveniente ressaltar que a sexualidade é pensada no contexto das pulsões parciais, sendo, portanto compreendida em termos das perversas polimorfias. Mas há o período de latência como o momento de instauração da sexualidade em dois tempos. Essas duas observações constituem o eixo da interpretação freudiana sobre o complexo de Édipo, como o processo que sinaliza um destino para a sexualidade.

Embora esse ponto seja acenado em 1905, somente será profundamente trabalhado por Freud nas décadas seguintes com a teoria da castração, ou seja: “a atitude edípica nos meninos pertence à fase fálica e sua destruição é ocasionada pelo temor da castração, isto é, pelo interesse narcísico nos órgãos genitais” (FREUD, 1925/1979a). Quer dizer, em uma primeira fase a sexualidade é concebida como “essencialmente marcada pela emergência do pluralismo das correntes pulsionais, cada uma das quais tendendo isoladamente à satisfação que lhe é própria. A ausência de vínculos dessas correntes entre si, sua falta de organização, é

o que caracteriza esta fase” (MILLOT, 1992, p. 39). Esse tipo de vida sexual, cuja satisfação ocorre por qualquer objeto, sofre uma parada brusca com a entrada em cena do período de latência, momento em que surge o sentimento de repugnância, vergonha e pudor que edificarão a moralidade. Sendo assim, a sexualidade é atingida pela interdição que terá destinos distintos para a menina e para o menino.

A esse respeito podemos tecer algumas considerações:

1. Obviamente, não é somente a educação ou a moral que marcam o destino da sexualidade, e sim a travessia edípica que é decisiva para a feminilidade e para a masculinidade.
2. Em uma sociedade civilizada, tudo leva a crer que a educação funciona como um dique à satisfação das pulsões parciais. Porém, essa ideia deve ser considerada juntamente com o desenrolar de um processo psíquico que produz transformações subjetivas em termos da dissolução do complexo de Édipo. (FREUD, 1924/1979b).
3. A masculinidade aparece então vinculada à atividade e posse do pênis de acordo com a formulação freudiana de 1923, exposta em “A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade” (FREUD, 1923/1979c).

Considerando essas observações, constatamos que Freud centraliza suas análises sobre a constituição do sujeito no âmbito da teoria da cultura. Sendo assim, a masculinidade somente pode ser pensada em termos dos aspectos culturais, conforme podemos observar na obra de 1930, “O mal-estar na civilização”. Este trabalho de Freud pode ser considerado uma síntese do seu pensamento social, que tem como tema principal o conflito irremediável entre as restrições impostas pela civilização e as exigências da pulsão.

Antes de prosseguirmos na articulação das ideias freudianas sobre a cultura e a questão da constituição da masculinidade, abriremos um pequeno parágrafo para explicitar o que entendemos por pulsão. Para Freud (1915/1976) a pulsão deve ser compreendida como um conceito situado na fronteira entre o psíquico e o somático. Seria o correlativo para o humano do que é o instinto para o animal. Quer dizer, é o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam o psiquismo. Não obstante, isso não quer dizer que haja qualquer tipo de equivalência entre a pulsão enquanto representante psíquico dos estímulos internos e os representantes psíquicos da pulsão. Então, devemos compreender que pulsão e representante psíquico da pulsão são duas coisas distintas.

Contudo, para examinar o conceito de pulsão devemos recorrer às suas dimensões: fonte, pressão, objetivo e objeto. A fonte da pulsão é corporal, pois se trata de um processo somático referente a um órgão ou parte do corpo cuja intensidade energética é representada no âmbito psíquico. A pressão é a quantidade de força que indica o caráter ativo da pulsão. O objetivo da pulsão é sempre a satisfação entendida como a redução de tensão e o objeto é a coisa em função da qual a pulsão pode atingir seu objetivo.

Nessa linha de raciocínio teremos de diferenciar, para fins de nosso estudo, o objeto sexual do objetivo sexual (GARCIA-ROZA, 1984). Quanto ao objeto sexual, temos a pessoa de quem procede a atração sexual. Não obstante, a pulsão sexual parece ser independente de seu objeto. Por esse motivo, o objeto da pulsão passa a ser concebido como um meio para que uma dada finalidade seja atingida, e essa finalidade é a satisfação. Nesse sentido, o objetivo é invariável, referido à satisfação enquanto que o objeto é sempre contingente, ou seja, não há objeto específico para satisfação da pulsão. Sendo assim, enveredamos pela ideia de satisfação pulsional para pensarmos as questões relativas à constituição da masculinidade, como um dos possíveis arranjos produzidos pela dinâmica pulsional. Quer dizer, a pulsão indica-nos a origem do ser como falante e, portanto, a quem é atribuída uma sexuação. No

caso, então, podemos reunir esses elementos para pensar a constituição da masculinidade como um dos destinos da pulsão que se afirma em relação ao Eu que, para Freud (1930/1976), num certo momento de sua elaboração teórica “aparece como algo autônomo e unitário”, embora depois ele mesmo vá contestar tanto a unidade quanto a autonomia do Eu.

Sem sombra de dúvida, a ideia de que o Eu é uma unidade, em termos, é uma ilusão sobre aquilo que o ser humano tinha como certeza inquestionável durante séculos de civilização. Há aqui a descoberta de uma instância inconsciente na estrutura do ser humano que representa a quebra da ilusão do predomínio universal da razão humana. Ainda seguindo a ótica do pensamento freudiano podemos afirmar que pela luta do homem com o mundo exterior o Eu começa a se diferenciar do mundo externo. Essa diferenciação implica o retardamento da satisfação imediata em função da intervenção do princípio de realidade, que será um mediador para o princípio do prazer. É no princípio da realidade em confrontação com o princípio do prazer que o ser humano será capacitado a construir defesas para proteger-se das ameaças de desprazer do mundo externo.

Ao apresentar a concepção do Eu, as implicações trazidas pela psicanálise ao apresentar o princípio da realidade e o princípio do prazer como duas forças que moldam e movem o ser humano na relação com o mundo externo, o autor dá início a uma reflexão sobre as relações sociais, a qual será tomada como a mais poderosa fonte de sofrimento, juntamente com as dores impostas pelo corpo e pelas intempéries da natureza.

No que diz respeito às relações sociais, o autor apresenta uma visão hobbesiana ao entender que o primeiro momento da civilização se deu com a regulação dos relacionamentos sociais, momento de passagem do estado de natureza para o estado de sociedade.

Talvez possamos começar pela explicação de que o elemento de civilização entra em cena com a primeira tentativa de regular esses relacionamentos sociais. Se essa tentativa não fosse feita, os relacionamentos ficariam sujeitos à vontade arbitrária do indivíduo, o que equivale a dizer que o homem fisicamente mais forte decidiria a respeito deles no sentido de seus próprios interesses e impulsos instintivos. Nada se

alteraria se, por sua vez, esse homem forte encontrasse alguém mais forte do que ele. (FREUD, 1930/1976, p. 115).

Freud acreditava que existia um conflito entre as exigências pulsionais e as regras que regem a sociedade. Muitas vezes, pulsões irracionais determinam nossos pensamentos, nossas ações e até mesmo nossos sonhos. Tais pulsões são capazes de trazer à tona exigências de satisfação que foram recalçadas, como por exemplo, as exigências sexuais. O autor mostrará que tais pulsões vêm à tona disfarçadas de várias maneiras, e muitas vezes sem acesso à consciência. Quer dizer, na vida psíquica “o outro intervém regularmente como modelo, sustentáculo ou adversário, e deste fato a psicologia individual é também, de imediato e simultaneamente, psicologia social” (FREUD, 1921, p. 124).

A partir dessa explanação sobre a dimensão social do Eu tentaremos compreender a dimensão subjetiva da masculina em termos de construção de memória. Por um lado, a construção do Eu ocorre mediante identificações e são essas identificações que entrarão no processo de constituição subjetiva da masculinidade enquanto que, por outro, quando nos referimos à identificação, estamos situando a matriz de relação do sujeito com o outro em função da transmissão de um legado, portanto, estamos no campo da memória em sua dupla vertente: preservação e criação. Certamente a questão da identificação é atrelada à dinâmica desejante e à falta. Há que salientar que o processo de identificação é a base para que o sujeito reconheça aquele que o constitui como representante da espécie.

Por isso, o processo de constituição da masculinidade deve considerar uma teia de relacionamentos sociais, nos quais tem lugar conflitos, confrontos e memória. Sendo assim, podemos nos valer do processo identificatório para pensar a constituição da masculinidade, principalmente se considerarmos uma das nuances da identificação: trazer para si aquilo que é diferente no semelhante.

Por esse motivo a masculinidade se traduz subjetividade como diferença forjada a partir do encontro da cria humana com o representante da espécie que deixa transparecer aspectos concernentes ao desejo e aos objetos investidos amorosamente. Nesse sentido, entendemos que a identificação é uma dimensão do social postulada no âmbito do saber psicanalítico. Além desse campo de saber, outros espaços também abordam a construção da subjetividade em termos da identidade como encontramos em Bamberg (2002), Olinto (2010), Woodward (2012) e outros. Inicialmente enveredamos por uma trilha que nos adverte que:

[...] nem a masculinidade e o ser masculino são coisas dadas pela natureza de modo pré-fabricados, que não podem ser revisados. Em vez disso, nossas formas de fazer sentido uns dos outros, e em especial de nós mesmos, são mediadas na fala; fala essa que é organizada socialmente em situações interacionais, localmente e para o propósito de construção de identidade. (BAMBERG, 2002, p. 154).

Uma vez que estamos nos referindo à interação no processo de construção identificatória, fundamentada na identificação, podemos lançar mão da contribuição da Psicologia Social. Nesse campo nos deparamos com as formulações de Rodrigues Junior (2008), para quem a identidade é a matriz que possibilita compreender a dinâmica do ser humano, sendo este um capítulo importante no âmbito do saber psicológico, em especial ao processo de formação de atitudes, crenças e valores. Entendemos assim que a identidade, como resultado do processo de identificação, traz a marca de questões que concernem à sexualidade e, assim, no âmbito de nosso estudo, vemos conjugar-se as contribuições da Psicanálise com a Psicologia Social. Porém, é importante salientar que para a Psicanálise a identidade não se coloca como um resultado e sim como um efetivo processo, razão pela qual o termo identificação lhe é mais acertado.

O conceito de identidade é bastante discutido na atualidade, principalmente na rubrica da chamada crise de identidade, conforme salienta Hall (2002). A crise de identidade corresponde a uma fragmentação cada vez maior que as identidades vêm sofrendo, o que pode ser explicado em parte pela quantidade de informação disponível bem como pela fluidez da

informação e dos meios de comunicação, resultando num intercâmbio cultural que coloca em xeque valores tradicionais, especialmente no tocante à masculinidade. O advento da globalização fez com que novos arranjos fossem incorporados ao processo de constituição da identidade masculina, ou seja, valores que até então não eram considerados passaram a fazer parte da identidade masculina.

Logicamente é preciso entender para então rever o conceito de identidade com o objetivo de podermos verificar a possível reinvenção desse conceito ou mesmo sua extinção, como apontam algumas linhas de pensamento que estudam a questão do gênero. Então como pensar uma identidade delimitada como se pretende entender a masculinidade, ou outra forma qualquer? Um exemplo disso são os teóricos *queer*, que tendem a acreditar nessa extinção como sendo uma tendência futura, onde as identidades seriam abolidas, sendo cada sujeito único, sem essas marcas definidoras impostas pela identidade (BUTLER, 2010). Porém, no intuito de entender as mudanças pelas quais o conceito de identidade vem sofrendo, Hall (2002) apresenta três concepções de identidade que refletem organização da sociedade em períodos distintos. Na primeira concepção, a do “sujeito do Iluminismo”, Hall define como sendo:

uma concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo. (HALL, 2002, p. 10).

Tem-se, assim, a caracterização de um sujeito que refletia uma época diferente da atual, onde a globalização ainda não fazia parte de forma tão intensa da realidade do sujeito como ocorre nos dias atuais. Essa noção de sujeito do Iluminismo passa também a ideia de uma identidade definida pelo aspecto biológico, dada sua noção de imutabilidade, ou seja, nascia com o sujeito e seu exterior refletia esse interior imutável e, de certo modo “puro” perante os agentes externos.

Como podemos depreender, temos, pois, um sujeito que reflete a construção da época, onde o Estado possuía uma força e um papel diferente do que tem atualmente. O Estado Nação refletia (pelo menos no discurso) a identidade de seu povo, discurso importante em um período onde esse Estado ainda “jovem” precisava se estabilizar, podendo ser visto através dos discursos dos líderes e soberanos que buscavam legitimar seus poderes sobre um grupo.

No entanto, ao longo do tempo começou-se a perceber que esse sujeito não era uno e imutável, ou pelo menos deixara de ser, dado seu trânsito cada vez maior por outras culturas, por outros meios, capazes de fazê-lo mudar, nascendo assim o que Hall (2002) define como “sujeito sociológico”. Nesse sujeito é permitida a noção de uma relação dialética entre o sujeito e o meio. Nele é possível ainda pensar sua formação a partir do meio em que vive, numa relação inversa a do sujeito do Iluminismo. Dessa forma o sujeito sociológico constrói sua identidade a partir do meio externo, podendo a identidade ser encarada como uma reação a esse meio externo, ou seja, construída a partir dele. No entender de Hall (2002, p. 11) o sujeito sociológico aparece como a instância que estrutura,

refletindo a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para sujeitos e valores, sentidos e símbolos.

Nessa abordagem do processo de construção da identidade começa-se a pensar no sujeito atual, fragmentado, composto por várias identificações que vão se agregando e formando a identidade. Nessa concepção também começa-se a pensar em possíveis conflitos que podem decorrer entre essas diversas identidades que compõem o indivíduo. Nesse sentido, em outro momento Hall (2010) nos mostra que toda identidade tem necessidade daquilo que lhe falta, ratificando assim a ideia de construção de sujeito a partir das identidades.

No entanto, é importante pensar no caráter múltiplo da identidade onde, conforme aponta Hall (2010) o sujeito pode ser comparado a uma colcha de retalhos, onde cada retalho representaria uma nuance identitária que compõe esse sujeito, ou seja, sua(s) identidade(s) pessoal(is). Nesse sentido, Bauman (2005) reforça essa percepção ao colocar a formação identitária do sujeito como sendo um quebra-cabeça incompleto, onde as múltiplas identidades formam a biografia do sujeito. Desse modo, Bauman nos leva a perceber que cada uma dessas identificações reflete os retalhos de identidade, no caso de nosso estudo, da masculinidade.

Com isso, como uma evolução desse sujeito sociológico, Hall (2002, p. 14) apresenta o sujeito pós-moderno construído a partir de uma “identidade [que] torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Assim, vê-se completar o pensamento de Hall ao admitir que a identidade do sujeito é formada historicamente e não biologicamente. Há nisso a aproximação à visão de Bauman (2005), que coloca a identidade como sendo uma convenção cultural. Quer dizer, a identidade é o horizonte em direção ao qual nós nos empenhamos e pelo qual nos avaliamos, censuramos e corrigimos nossos movimentos, afirmando ainda ser uma convenção socialmente necessária. Depreende-se, assim, que a identidade é construída socialmente. Por isso, trata-se de algo que precisa ser inventado, e não descoberto, ratificando a proposição do sujeito sociológico de Hall (2002), formado a partir do meio externo. Entender ainda esse caráter relacional da identidade complementa a ideia sociocultural desse conceito, assumindo que precisamos conhecer o outro para nos definir a partir das semelhanças e diferenças expressas através do campo simbólico adotado por cada indivíduo e identidade assumida.

É importante ainda entendermos o caráter social desse conceito, construído a partir da história vivida pelos grupos identitários, seja essa uma história de convivência ou mesmo de

luta para sua imposição enquanto grupo. Desse modo, coloca-se então a memória como um elemento importante nessa construção, pois trata-se do fato de que a redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade. Não apenas redescoberta em termos de traços identitários, mas a construção de novos arranjos a partir de legado que é transmitido. Assim a identidade será responsável pela apresentação do homem, na construção do presente e do campo simbólico a partir de um passado que é exaltado nessa construção. Eis o modo de compreendermos a memória como um fenômeno coletivo e social, ou seja, “constituída por pessoas, personagens” (POLLAK, 1992, p. 201). Nesse sentido Pollak explica que alguns elementos, acontecimentos, passam a fazer parte da própria essência da pessoa. Certamente esses elementos são constitutivos da memória. Tais elementos correspondem aos acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos por tabela, tendo esse último uma ligação íntima com a construção identitária. Ainda assim, os acontecimentos vividos por tabela são aqueles

vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não (POLLAK, 1992, p. 201).

Podemos encarar esses acontecimentos como sendo parte de uma memória herdada, vivida por sujeitos com os quais nos identificamos e que nos faz sentir como participantes daquela história, daquela memória, mesmo considerando a crise da identidade tão propalada em nossos dias.

É interessante fazer, a essa altura, uma remissão histórica ao Mundo Antigo, para constar, segundo Veyne (1986, p. 43), que “nesse mundo não se classificavam as condutas de acordo com o sexo, amor pelas mulheres ou pelos homens, e sim em atividade e passividade: ser ativo é ser másculo, seja qual for o sexo do parceiro chamado passivo”. Os critérios

relacionados à atividade e à passividade eram então utilizados como marcos estáveis no processo de constituição da identidade.

Isso quer dizer que as identidades até então tidas como estáveis como definidoras da masculinidade e da feminilidade precisam ser revistas, especialmente no tocante à construção dos arranjos subjetivos que constituem a masculinidade. Mas, mesmo se tratando de identidades “em crise” é interessante perceber o caráter relacional da identidade partindo do princípio básico.

Certamente se as identidades estão em crise, como demonstram os teóricos *queer*, o sujeito pode ser determinada coisa e também ser outra. Assim como pensar uma linha demarcatória com que relação ao que possa ser definido como masculinidade? Como fica então a masculinidade no contexto das identidades coletivas? Tudo leva a crer que não há como sustentar a existência de uma barreira intransponível que impeça o trânsito livre do sujeito pelos meandros de diferentes identidades. Por outro lado, o livre fluxo entre identidades faz-nos pensar em uma tendência de desaparecimento. Mas não é isso que propomos, visto que constantemente esbarramos na existência e no uso cada vez maior de ferramentas capazes de incrementar os campos simbólicos utilizados pelas diferentes identidades. Entretanto, é possível observar o que Hall chamou de crise de identidade a partir do momento em que é possível observar uma mudança no seu papel e/ou no seu uso. Observando tais questões é possível perceber que está ocorrendo uma sobrecarga de usos das identidades, fazendo com que em alguns casos seja possível perceber o uso concomitante de identidades até então excludentes. No entanto, esse “novo” uso se choca com o padrão antigo fazendo com que ocorra então um choque que gera conflitos como o que vemos em relação às identidades sexuais e de gênero, por exemplo. Como se trata de um campo de estudo extremamente novo, são escassos os estudos no âmbito da Psicologia sobre a masculinidade, assunto que mereceu destaque em termos de pesquisa, particularmente, nas três últimas

décadas. A referência identitária masculina se faz pela assimilação e constante reconhecimento das qualidades socialmente exigidas pelo grupo social ao homem.

Ao buscarmos referência na Psicologia Social sobre a construção da subjetividade e, conseqüentemente, da masculinidade, pela qual estamos implicados em uma abordagem interdisciplinar, como na Memória Social, partiremos no sentido e na compreensão da subjetividade que será considerada não como um fenômeno fixo, tampouco como parte da ideia de um sujeito puro, mas que estará entrelaçada em um sistema relacional complexo envolvendo significações, normas, formulações discursivas, como também avanços e retrocessos.

Na busca de contribuições recorreremos, no tocante à constituição da masculinidade, ao pensamento de Foucault (2004, p. 236), que a esse respeito afirma: “trata-se da história da subjetividade, se entendermos estas palavra como no modo o qual o sujeito faz a experiência em si mesmo um jogo de verdade”.

Percebemos aqui o sujeito envolvido em um complexo sistema de códigos, leis, significações e valores em um dado espaço e tempo, o que lhe permite a produção de sentidos particulares em suas experiências sociais, descentralizando a noção de sujeito natural pré-existente da sua realidade sociocultural. Dessa maneira, o gênero masculino e/ou feminino, sob este ponto de vista, ocupa espaço na produção de subjetividade para além das diferenças do sexo, privilegiando principalmente as diferenças sociais.

A produção da subjetividade em Costa (1998) possui um ponto de vista criativo e processual, na qual as relações de gênero, cultura, religiosidade, etnia são associadas a experiências históricas que produzem a singularidade. Os processos de subjetivação estão envolvidos em expectativas sociais e em complexas teias de relações.

Neste sentido, vemos aqui que as instituições sociais – família, escola, igreja, etc. – atuam no processo de uma construção e educação para a masculinidade, onde fixam modelos e formas de acordo com uma ideologia cultural, na qual há a legitimação de determinadas identidades de práticas sexuais, marginalizando e reprimindo outras.

Para Arruda (1998, p. 42), “a construção do outro ocorre indissociável do um”, o que faz com que o conjunto de significados produzidos na construção do outro venha impregnada de conexões e possibilidades que induzem formas e padrões do que se é esperado em uma determinada sociedade. Assim, pensando na subjetividade e construção da masculinidade, são instituídos noções e limites que demarcam condutas e atributos de superioridade e inferioridade e ao fato de pertencer ao gênero masculino e não ao feminino.

Na construção de sua subjetividade masculina, o homem associa de acordo com as regras e normas sociais as posições de viril, valente, potente, responsável, controlador e honrado. Suas relações estarão voltadas ao prazer físico do sexo. Seguindo estas características de subjetividade masculina, meninos, rapazes e homens estão sempre atravessados por redes de significação de como o “jeito masculino” deve ser, de forma que vão construindo suas próprias significações subjetivas (KIMMEL, 1997).

Nas últimas décadas, assinala Kimmel (1992) que o gênero vem se colocando em evidência, principalmente o gênero masculino, e sendo considerado como um dos pilares que constitui a subjetividade. Percebemos aqui a masculinidade construída socialmente ao redor de um eixo básico: o poder. Ainda seguindo o pensamento de Kimmel (1997), encontramos em Bourdieu (2002) que o fato de ser homem é, de início, encontrar-se em uma posição que implica poder. Esta lógica de diferença sexual encontra-se em crise há algumas décadas com os princípios que a baseiam: o essencialismo, o naturalismo, o biologicismo, o individualismo e a historicidade.

De acordo com Badinter (1993), a virilidade masculina deve ser expressa no corpo e no comportamento. O homem, para construir sua identidade masculina, deve convencer a si mesmo e aos outros, durante toda a sua vida, de que não é uma mulher. E esta construção se dará através das dominações de poder, controle e violência. Nesta fase de construção de uma subjetividade considerada masculina, percebemos que aquele que possui uma maior capacidade de adaptar-se a essas demandas, possui uma maior aceitação do grupo e da sociedade. Aqueles que não conseguem essa adaptação passam a ser excluídos ou rejeitados. Certamente perpassa, nesse processo, a injunção de que ao homem cabe exercer certas funções consideradas como pertinentes ao campo da masculinidade. Esta historicamente foi produzida como uma nobreza, a tal ponto que foi instaurada uma “dissimetria radical na avaliação das atividades masculinas e femininas. Além do fato de que o homem não pode rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores” (BOURDIEU, 2002, p. 74). Sendo assim, são as tarefas realizadas por homens e mulheres que funcionam na construção do estereótipo do que seja o universo masculino separado do universo feminino.

Vemos neste momento, também, uma intensificação das escolhas e de que profissão seguir, de uma preparação para o público, já que nesta dualidade o homem deverá demonstrar todo o seu potencial e capacidade. Sendo assim, caberia aos homens a escolha de atividades consideradas nobres e, conseqüentemente, válidas na esfera do mercado de trabalho, como também a desqualificação do trabalho exercido pelas mulheres. Daí talvez encontremos uma explicação sobre a desvalorização do trabalho doméstico frequentemente realizado pela mulher e, até bem pouco tempo, sem reconhecimento em termos de valores econômicos. Mas isso é só uma ideia para reflexão, pois não aprofundaremos essa questão pelo fato de fugir ao nosso foco de estudo.

Não obstante, queremos assinalar que quando o homem não consegue responder as expectativas que são socialmente imaginadas como fazendo parte da condição de

masculinidade, pode haver uma certa fragilização. Temos, então, no âmbito da clínica, o encontro com um homem com incertezas e dúvidas do que realmente é esperado dele na sociedade. Dúvidas estas que fazem com que se instale a incerteza e haja um adoecimento e sofrimento psíquico nos seus questionamentos do que é ser um homem na atualidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de amplo acervo de publicações sobre a construção do homem e da sua masculinidade percebe-se movimentos que se convertem em tentativas de estabelecer esta construção pelos conceitos da Psicanálise, da teoria dos papéis sociais e das contribuições de outros campos de saber nas ciências contemporâneas.

Encontramos várias características que são atribuídas à condição masculina na sua construção de homem. Constatamos que o marco histórico nesse processo inscreve historicamente na diferenciação sexual entre homens e mulheres que teve lugar no século XVIII, momento em que a mulher era concebida como um homem invertido, ou seja: o órgão sexual feminino era visto com um pênis interno.

Eis uma herança do pensamento de Galeno que reaparece na linguagem empregada na distinção entre homens e mulheres em função de dados atributos biológicos. Não obstante, outros atributos são incorporados nessa diferenciação, não mais de cunho biológico, e sim questões como autonomia, liberdade, responsabilidade, proteção, racionalidade, controle das emoções, ser forte fisicamente e dominar o espaço público eram considerados atributos exclusivos do homem (OLAVARIA, 2003).

Cabe esclarecer que o modelo de perfeição, tão divulgado até quase nossos dias, era representado na anatomia masculina. Quer dizer, fundamentava-se numa regra fálica que decretava a superioridade masculina e a inferioridade da mulher. O que era um critério biológico na atribuição da superioridade masculina serviu até a segunda década do século XX para fundamentar a diferença de gênero masculino e feminino. Com isso, a questão sexual ganhou lugar de destaque nas discussões. De certo modo, podemos constatar que as explicações pautadas em critérios anatômicos e fisiológicos sucederam interpretações de

cunho metafísico no que diz respeito à representação do homem como um ser hierarquicamente superior à mulher.

Dáí encontramos o culto à masculinidade, sem que houvesse empenhos em explicar a sua constituição. Uma vez naturalizada, a masculinidade era entendida como uma característica padrão para o entendimento, inclusive da mulher. A esse respeito tem-se a valorização do vigor físico, a destreza, a coragem e até a simplicidade na vestimenta. E ainda: a beleza masculina passa a ser muito valorizada. Eis o que depreendemos do pensamento de P. Gay (1995) em sua interpretação acerca do cultivo do ódio no período que se estendeu da era vitoriana até o advento da Psicanálise.

Nesse sentido, vários hábitos foram transmitidos acerca da construção da masculinidade como figuras de destaque na literatura, na pintura e na escultura da época. Também na capacidade de persuasão os homens se destacam. Esses são indícios de traços que eram convencionalmente atribuídos ao homem e transmitidos de uma geração a outra.

Percebemos também que a construção da memória do masculino, de como ser homem, não está mais limitada a realizar um modelo único, que antes era considerado o universal do macho. O modelo de masculinidade, heteronormativo, potente, viril, preparado para o mercado de trabalho, não lhe serve mais de modelo na atualidade, pois surgem novas exigências para uma esfera mais subjetiva e podemos ver preocupações maiores para os seus sentimentos, para a estética, para uma vida social e psíquica mais saudável.

Vemos desta maneira que:

ser homem, no dia a dia, na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção. (ALMEIDA, 1995, p. 128).

Neste processo de construção, percebemos que este conflito é inseparável desta nova realidade, onde a incerteza aparece do fato de que estas múltiplas masculinidades terminam

com um modelo único. A realidade será construída a partir das relações e a partir de aspectos objetivos e subjetivos.

Esta realidade também é apresentada em Nolasco (1993) ao mostrar em uma pesquisa com um grupo de homens que a incerteza quanto a “ser homem”, num contexto mais tradicional onde se veem obrigados a conviver com a pluralidade de gênero, responde na cultura as cobranças quanto a uma masculinidade com aspectos de virilidade tradicional.

Disso depreende-se que os modelos tradicionais de masculinidade difundiram o homem em uma polaridade negativa: não ser fraco, não dever chorar, não deixar transparecer emoções, mas igualmente em uma polaridade positiva com características como ser forte, corajoso, hábil, dominador, provedor da família. Esses modelos disseminaram no imaginário social traços que deveriam ser assimilados pelo homem no sentido de representar determinados papéis sociais.

Como se pode observar, esses modelos são pautas em meras descrições, daí a sua fragilidade, pois com as transformações e o progresso do século XX esses estereótipos caem por terra especialmente no campo do trabalho; bem como no campo das relações afetivas, como aparece na literatura, por exemplo, em histórias de homens que se suicidam, sendo considerados como fracós.

Sendo assim, esses parâmetros definidores da condição masculina são colocados em cheque e o resultado disso é a chamada crise de masculinidade. Um dos pontos em que essa crise mais se evidencia concerne ao papel assumido pelo homem na contemporaneidade com relação ao exercício da paternidade. Quer dizer, a crise da masculinidade tem seu momento crítico no movimento que pretende definir o papel do homem-pai sem que necessariamente tenha uma correlação direta com a questão da masculinidade.

De certo modo, as transformações políticas e econômicas do mundo atual com a entrada maciça das mulheres no mercado de produção e na vida pública exigiram que os papéis até então exercidos pelos homens fossem redefinidos.

Notadamente a paternidade é o foco das discussões em torno das quais giram as questões acerca da masculinidade, pois, nas últimas décadas do século XX, assiste-se a uma participação mais efetiva do homem no cotidiano familiar, sem que isso seja visto como uma fraqueza ou a negação de sua condição masculina.

Sem sombra de dúvida, as questões sobre a paternidade e, em especial, sobre o amor paterno, concorreram para criar uma espécie de mito, da mesma forma que o mito do amor materno, mesmo que a paternidade se revista de incertezas, sendo preciso convocar a ciência para dar seu testemunho. Em certo sentido,

os mitos fundadores que tendem a fixar as identidades são, assim um exemplo importante de essencialismo cultural. Embora aparentemente baseadas em argumentos biológicos, as tentativas de fixação de identidade que apelam para a natureza não são menos culturais. (SILVA, 2012, p. 85-86).

Se os mitos, enquanto construções sociais pretendidas eternas, apontam para um campo movediço, qual seria então o modelo de masculinidade difundido em nossos dias?

Tentaremos a esse respeito tecer considerações.

O modelo de masculinidade para o homem do século XXI pressupõe um homem com capacidade de demonstração de seus afetos, sem ver nisso um defeito ou uma falha. Essa nuance traz novos aportes para se pensar a constituição da masculinidade, visto que as “características tradicionais vão se dissolver progressivamente para dar lugar a comportamentos radicalmente novos que fazem referência a um modelo indiscriminado” (LAFONT, 1986, p. 206). Nesse contexto pairam mais incertezas do que convicções inabaláveis.

Quanto às incertezas atuais da questão “o que é ser homem?” não devemos cair em uma resposta simplista, e sim nos direcionarmos para o caráter mais polissêmico do termo masculinidade. Abandonando qualquer pretensão essencialista percebemos que a masculinidade é uma construção social e que ela é vivenciada e percebida de formas diferentes nos contextos históricos e culturais.

A constituição social do homem está sempre imbricada na relação sexualidade-gênero-masculinidade-cultura-sociedade em um determinado tempo e espaço. Cabe aqui uma contínua busca de signos e significantes onde possamos perceber e entender cada vez mais como se dão estas relações, no sentido de buscar alternativas e desta maneira possibilitar a este sujeito uma melhor compreensão de quem ele é, o que ele quer, de que maneira ele pode se adaptar a essas demandas sociais e, ao mesmo tempo, não se sentir ameaçado diante das suas escolhas, causando, assim, um menor nível de sofrimento e adoecimento psíquico.

Com isso, queremos salientar que o processo de produção da identificação masculina e da masculinidade deve ser considerado como uma teia de arranjos subjetivos na qual se mesclam aspectos culturais e sociais, sem priorizar uma ou outra condição.

Além disso, a condição masculina e a masculinidade, definidas em termos de papéis, é algo que sofre mutações em função das contingências históricas. Desse modo, ao priorizar uma identidade masculina corre-se o risco de segregar o homem em uma categoria estanque e causar-lhe grandes prejuízos, pois é pouco provável que possa corresponder às expectativas difundidas pela mídia, pela indústria da moda, pela cultura da imagem e fundamentalmente pela sociedade de consumo. Certamente o homem tenta, mas deve tomar-se cômico dos ideais que permeiam os modelos identitários.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. Abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S.; OLIVEIRA, D. C. **Estudos interdisciplinares da representação social**. Goiânia: AB, 1998.
- ALMEIDA, M. V. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- ARRUDA, A. **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAMBERG, M. Construindo a masculinidade na adolescência: posicionamentos e o processo de construção da identidade aos 15 anos. In: LOPES, L. P. M.; BASTOS, L. C. (orgs). **Identities**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENTO, B. **A (re)invenção do corpo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRUN, J. **Os pré-socráticos**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

BUENO, S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2000.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CALLIGARIS, C. **Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CECCARELLI, P. R. A construção da masculinidade. **Percurso**, São Paulo, v. 19, 1998.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, M. V. **O currículo nos limiões do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

DOLTO, F. **A causa dos adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ECO, H. **História da beleza**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

EPELBOIM, S. Identidade judaica: formação, manutenção e possível modificação à luz da Psicologia Social. **Psico-USF** (Impr.), Itatiba, v. 9, n. 1, Junho 2004.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**; a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998, v. II.

_____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2007, v. III.

FOX, R. As condições da evolução sexual. In: ARIÈS, P. e BEJIN, A. (orgs). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREUD, S. Carta de 21 de setembro de 1897. In: MASSON, J. M. (ed.). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. VII [Publicado originalmente em 1905].

_____. Sobre as teorias sexuais das crianças. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. IX [Publicado originalmente em 1908].

_____. A pulsão e seus destinos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIV [Publicado originalmente em 1915].

_____. Psicologia das massas e análise do eu. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1979, v. XVIII [Publicado originalmente em 1921].

_____. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1979c, v. XIX [Publicado originalmente em 1923].

_____. A dissolução do complexo de Édipo. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1979b, v. XIX [Publicado originalmente em 1924].

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1979a, v. XIX [Publicado originalmente em 1925].

_____. O mal-estar na civilização. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1979c, v. XXI [Publicado originalmente em 1930].

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

GAY, P. **O cultivo do ódio: a experiência da burguesia da rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOFFMAN, E. **Ensaio sobre ritual de interação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre a memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. Apresentação. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GIUST-DESPRAIRIES, F. Identidade como processo, entre ligação e desprendimento. In: NETO, J. Z. (Org.). **Identidade e crises sociais na contemporaneidade**. Curitiba, UFPR, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Representation:** cultural representations and signifying practices. Londres: Sage, 2010.

JEAMMET, P. **Respostas a 100 questões sobre a adolescência.** Petrópolis: Vozes, 2007.

KIMMEL, M. Homofobia, temor, vergüenza y silencio em la identidade masculina. In: VALDÉS, T.; OLAVARRIA, J. (orgs.) **Masculinidades.** Santiago/Chile: FLACSO, 1997.

LAFONT, H. As turmas dos jovens. In: ARIÈS, P.; BEJIN, A. (orgs.) **Sexualidades ocidentais.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPES, L. P. M.; BASTOS, L. C. A experiência identitária na lógica dos fluxos. In: _____. (orgs.) **Para além da identidade:** fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Um corpo estranho.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MASSON, J. M. (Ed). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess.** Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MILLOT, C. **Extrasexo:** ensaio sobre o transexualismo. São Paulo: Escuta, 1992.

_____. **Freud antipedagogo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MUSIL, R. **O homem sem qualidades.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

- NASIO, J. D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- NOLASCO, S. Masculinidade: reflexões contemporâneas. **Reflexões Líricas**, nº 05, set-out, ano 87, v. 87, 1993.
- _____. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- OLAVARIA, J. Los estúdios sobre masculinidades em América Latina: Um punto de vista. **Anuario Social e Politico de América Latina y el Caribe**. n. 6, Flacso/UNESCO/Nueva Sociedad. Caracas, 2003.
- OLINTO, H. K. Construção da identidade na ótica da transdiferença. In: LOPES, L. P. M. e BASTOS, L. C. (orgs). **Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos**. Belo Horizonte: Humanitas/Editora UFMG, 2010.
- OLIVEIRA, P. P. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IUPERJ, 2004.
- OLIVEIRA, D. C. de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.
- OLIVEIRA, E. M.; SCAVONE, L. **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização**. Goiânia: AB Editora, 1997.
- OSTERNE, M. S. F. Usos e abusos da categoria de gênero: o lugar da dominação masculina. In: **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUCE, 2001.
- OUTEIRAL, J. O. **Adolescer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PERES, W. S. Tecnologias e programação de sexo e gênero: apontamentos para uma psicologia política Queer. In: **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRECIADO, B. **Manifesto contra sexual**. Madrid: Anagrama, 2011.

RAPPAPORT, C. **Encarando a adolescência**. São Paulo: Ática, 1998.

RODRIGUES JUNIOR, O. M. **Identidade masculina e sexual**. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2008.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SCAFFO, M. F. **A transmissão dos protocolos de gênero como dispositivo de submissão feminina à violência conjugal**. Rio de Janeiro: Exame de Qualificação de Doutorado do PPGMS da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2011 (mimeo.).

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: Publicações SOS Corpo, 1991.

SILVA, S. G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 20, nº 3, Brasília, 2000.

_____. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, nº 1, Brasília, 2006.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.).

Identidade e diferença. Petrópolis: Vozes, 2012.

SPENCER, C. **Homossexualidade:** uma história. Rio de Janeiro: Record, 1996.

VENTUROLI, S. M. V. A. **Mulheres:** cinco séculos de desenvolvimento na América, capítulo Brasil. Belo Horizonte: CREZ/Centro Universitário Newton Paiva, 1999.

VERNANT, J. P. **Entre mito e política.** São Paulo: Edusp, 2002.

VEYNE, P. A homossexualidade em Roma. In: ARIES, P. e BEJIN, A. (orgs). **Sexualidades ocidentais.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

VICENTIN, V. F. **E quando chega a adolescência.** São Paulo: Mercado das Letras, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença.** Petrópolis: Vozes, 2012.